

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS-UFSCAR.
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

PEDRO AUGUSTO PONCE

**CICLOS DE GREVES: O PESO DA VARIÁVEL SALARIAL NA
LITERATURA NACIONAL E INTERNACIONAL DE GREVES.**

São Carlos

2010

**CICLOS DE GREVES: O PESO DA VARIÁVEL SALÁRIO NA
LITERATURA INTERNACIONAL E NACIONAL DE GREVES.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS-UFSCAR.
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

PEDRO AUGUSTO PONCE

**CICLOS DE GREVES: O PESO DA VARIÁVEL SALÁRIO NA
LITERATURA INTERNACIONAL E NACIONAL DE GREVES.**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política para a obtenção do título de mestre
em Ciência Política pela Universidade
Federal de São Carlos.**

Orientação: Prof. Dr. Eduardo G. Noronha

São Carlos

2010

Ponce, Pedro Augusto.

Ciclos de greves: O peso da variável salário na literatura internacional e nacional de greves/ Pedro Augusto – São Carlos, UFSCar, 2010.

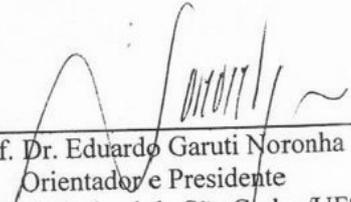
Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Greves. 2. Ação Coletiva. 3. Relações Industriais

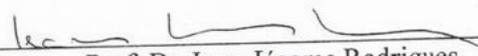


PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Pedro Augusto Ponce

11/03/2010


Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar


Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar


Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues
Universidade Estadual de São Paulo/USP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 11/03/2010.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues

Homologado na CPG-PPGPOL na
13^a. Reunião no dia 31/03/2010

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

Dedico este trabalho aos meus pais

Hélio e Ana.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas ajudaram para que este trabalho fosse possível. Entre esses, amigos, companheiros e familiares que nas longas horas ao computador, me trouxeram alento com palavras de incentivo. Este trabalho não seria possível sem seus apoios. Dessa forma acredito não dever mais a pesquisa acadêmica do que devo a estas pessoas.

Primeiramente ao meu orientador, Prof.Dr. Eduardo Garuti Noronha, pelo apoio, firmeza e amizade. Ao longo de seis anos – da monografia de graduação à dissertação de mestrado, sua presença em minha trajetória acadêmica tem sido decisiva.

Ao prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade pelas dicas, conselhos e pela ajuda na coleta do material de pesquisa.

À CAPES pelos vinte e quatro meses de bolsa concedidos, sem a qual este trabalho não seria possível.

À Victor Gnecco Soares Pagani, pelo debate e auxílio na delimitação e construção da pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado em especial à Luciléia Colombo, pelo debate e pela constante companhia na execução.

Aos meus irmãos, companheiros, Davi, Gabriel e Tiago, pela paciência e força para que tudo saísse da melhor maneira possível.

Agradeço o incomensurável apoio de meus pais Hélio e Ana, que em todos os momentos estiveram comigo, me apoiando e com firmeza me encorajando a dar o meu melhor.

Por fim agradeço à Deus pela saúde e por ter me dado todas as condições para que tudo isso fosse feito. A Ele devo minha vida e minha trajetória acadêmica.

*“O tempo é o melhor autor,
sempre encontra um final
perfeito”.*

Charles Chaplin

RESUMO

Esta pesquisa visa aos estudos de greves e ação coletiva no Brasil. A partir da concepção de que as greves têm um caráter cíclico, de determinação complexa e mutável, este estudo aponta o peso que a variável salário - tradicionalmente examinada pela literatura, tem na determinação dos conflitos, em diferentes tempos dados. A questão salarial é no Brasil e no mundo o tema central das relações de trabalho, porém não é, na maior parte dos casos, o principal determinante do fenômeno grevista. Nas teorias de ação coletiva e de greves um conjunto de variáveis concorre em poder explicativo. Por meio de um mapeamento da discussão internacional e nacional do tema e dos pressupostos teóricos e metodológicos que norteiam esses trabalhos, busca-se a comparação do peso dado à variável salário em relação a outras variáveis explicativas, como inflação e desemprego, na determinação do conflito industrial. Para atingir o objetivo proposto, parte-se das principais explicações dos ciclos europeus, americanos, latino-americanos de greves, agrupando os autores segundo o ano e a localidade do debate. A análise que emerge deste estudo aponta primeiramente para a consideração geral de que variáveis microeconômicas ou macroeconômicas e sociopolíticas operam diferentemente em contextos diferentes. Mas essa constatação genérica esconde diferentes abordagens que estabelecem relações de causalidade ou de não causalidade entre as variáveis consideradas. Assim, modelos americanos afirmaram que as greves caem quando o desemprego aumenta o que não mostrou ser verdadeiro para a Europa. Neste continente, questões salariais pareceram figurar em segundo plano, às vezes em decorrência do desemprego, como mostrou o caso dinamarquês. No Brasil constatar que questões salariais figuraram em primeiro plano e motivaram a eclosão das greves em 1978 não significa dizer que elas expliquem, por si só, a expansão ou a redução do conflito trabalhista.

Palavras - chave: Greves. Ciclos de Greves. Ação Coletiva. Salários.

ABSTRACT

This research continues the study of strikes and collective action in Brazil. From the conception that the strikes have a cyclical character, determination of complex and changeable, this study shows the weight that the variable pay - traditionally seen as the main determinant of strikes - has in determining the conflict at different times given. The salary issue is in Brazil and the world's central theme of labor relations, but is not, in most cases, the main determinant of the phenomenon striker. In the theories of collective action and strikes a set of variables competes in explanatory power. In Brazil, for example, from the inaugural 1978 strikes, most of the demands of national strikes have been directly or indirectly pay, it does not presume that only wages could explain the reduction or expansion in the number of strikes. Through a mapping of national and international discussion of the topic and theoretical and methodological assumptions that guide this work, we try to compare the weight given to variable pay relative to other explanatory variables such as inflation and unemployment in determining the conflict industrial. To achieve this purpose, is part of the main explanations of cycles European, American, Latin American and national strikes, the authors grouped according to year and location of the debate. But this general observation hides different approaches that establish causal relationships or no causation between the variables considered. Thus, the American model said the strikes fall when unemployment is rising which is not shown to be true for Europe. On this continent, the wages seem to figure in the background, sometimes as a result of unemployment, as shown by the Danish case. In Brazil noted that the wages figured in the foreground and led to the outbreak of strikes in 1978 does not mean that they explain, by itself, the expansion or reduction of labor.

Keywords: Strikes. Cycle of Strikes. Collective Action. Wages.

Sumário

Introdução.....	12
CAPÍTULO 1. A literatura internacional e os padrões de relações industriais em uma perspectiva comparada.....	19
1.1 Relações Industriais comparadas.....	20
1.2 Ajustes econômicos e políticos no pós-guerra europeu.....	21
1.3 Fatores endógenos e exógenos decorrentes da consolidação do Welfare State Keynesiano...	22
1.4 Greves e condições econômicas.	25
CAPÍTULO 2. A variável salarial na determinação do conflito internacional	27
2.1 Greves e salários na França	27
2.2 A atividade grevista na Bélgica	29
2.3 Dinamarca (1969-2005).....	31
2.4 Padrões grevistas no Reino Unido.....	32
2.5 Greves e salários nos Estados Unidos	33
2.6 Padrões de greves no Canadá	35
CAPÍTULO 3. O peso da variável salarial nas teorias de ciclos grevistas brasileiras	38
3.1 O modelo econômico de greves.....	39
3.2 O grande ciclo brasileiro de greves (1978-1997)	41
3.2.1 Diferenças entre setor público e privado	48
3.2.2 Salários na determinação do conflito trabalhista brasileiro.....	52
3.2.3 Mudanças nas taxas de sindicalização e greves 1980 e 1990.....	55
3.3 O papel do Estado na resolução das disputas (Salvador Sandoval)	60
3.3.1 greves e flutuações econômicas.....	62
CAPÍTULO 4. Padrões grevistas na América Latina em uma perspectiva comparada (México e Chile)	63
4.1 Estado e Movimentos trabalhistas	64

4.2 Inflação, salários reais e greves	67
Conclusão	69
Referencias Bibliográficas.....	71

Introdução

A paralisação intencional por parte dos empregados tem sido desde os tempos da revolução industrial, um meio eficaz de pressão exercido pelos trabalhadores para a obtenção de conquistas relativas à remuneração e a condições de trabalho. Segundo Tilly (1978), o fenômeno das greves, tornou-se rotineiro na vida da classe trabalhadora, passando de eventos raros no século XIX, até adquirirem, no século seguinte sua própria jurisprudência, tornando-se objetos de estatísticas oficiais.

Neste estudo corroboramos com a definição de Hyman (1972) da qual a greve são uma paralisação temporária do trabalho por um grupo de trabalhadores a fim de expressar suas reivindicações. Esta definição traz importantes elementos. Primeiro é uma *paralisação temporária* do trabalho, ou seja, o grupo de trabalhadores tem a intenção de voltarem para seus antigos trabalhos e com os mesmos empregadores, que geralmente vê a paralisação pela mesma ótica. Em segundo que é uma ação coletiva de um grupo de *empregados*. O fato de serem empregados também é crucial, pois diferencia de um grupo de estudantes ou de inquilinos que se recusam a pagar o aluguel e utilizam o termo greves somente como analogia. E por fim, greves é uma ação calculada, designada para expressar uma reivindicação. Dessa forma, entendemos as greves como sendo um fenômeno de natureza complexa e mutável, que só pode ser amplamente entendido levando em consideração um conjunto de variáveis explicativas.

Partimos da perspectiva de que as greves são um fenômeno cíclico de natureza complexa e mutável, que só pode ser completamente entendido levando em consideração um variado conjunto de fatores explicativos. A análise da literatura internacional¹ e nacional² de ciclos grevistas é feita a partir dessa ótica, buscando identificar qual o peso que os autores dão à variável salário na determinação do conflito trabalhista.

Na teoria de greves e ação coletiva, um conjunto de fatores concorre em poder explicativo. Elenco assim três diferentes abordagens para o estudo das greves.

Em primeiro lugar, os autores que partem de uma análise micro das greves, associando-as com variáveis econômicas, como salários, desemprego e inflação. De acordo com Noronha (2009), na análise dos determinantes micro das greves, é necessário distinguir as reivindicações das greves, dos fatores que explicam sua eclosão. Ou seja, as reivindicações

¹ (Franzosi, 1995; Hyman, 1994; Tilly, 1995)

² (Noronha, 1992, 2009; Sandoval, 1995)

expressam as pautas sindicais ou os temas que motivam as greves, o que não significa que as greves podem ser explicadas pela flutuação dos indicadores dos temas de sua pauta. (NORONHA, 2009)

Nesse sentido corroboramos com a visão de Noronha (2009) de que:

As teorias econômicas falham por se limitarem a medir a capacidade de explicação de variáveis, como emprego, salário, inflação, taxa de sindicalização, entre outras. Importa menos (embora importe em algum grau) o nível salarial ou de emprego do que a percepção desses níveis. Essa percepção, por sua vez, é ditada pelo passado recente. Por exemplo, os salários são percebidos como baixo quando sofrem quedas repentinas, ou se determinados segmentos que se vêem como iguais, percebem diferenças importantes entre si. Assim, a eclosão de greves é fortemente determinada pela percepção de injustiças associadas ao entendimento de que o momento é oportuno para a obtenção de ganho. É preciso também distinguir os interesses e percepções dos atores. Isto é, distinguir os sindicalistas da base trabalhadora das empresas a eles vinculados, já que seus interesses e percepções não são necessariamente os mesmos. (Noronha, 2009, p. 160-161)

Em segundo lugar, cientistas sociais europeus e norte-americanos que analisaram as greves em uma perspectiva macro, destacando as greves como expressão de conflitos de classe (análises marxistas, da qual as greves são a expressão das relações capitalistas de produção), como expressão dos conflitos políticos partidários (Korpi e Shalev, 1979). Estes estudos comparados internacionais, baseados em estatísticas que cobrem décadas de conflito, buscam uma teoria da greve ou uma sociologia histórica da greve.

Neste sentido destacamos também os trabalhos de Franzosi (1995) que analisa as greves no pós-guerra italiano. O autor parte da perspectiva de que não se pode olhar para o conflito industrial como uma variável dependente e para os fatores econômicos, políticos e institucionais como variáveis independentes. Afirma que os conflitos industriais produzem feitos nas esferas políticas, econômicas e sociais, destruindo relações estáveis e colocando novos conjuntos de fatores e sendo também transformado por eles. Assim, deve-se, portanto considerar a natureza dialética do conflito industrial e da causalidade recíproca entre greves, variáveis independentes, e dependentes.

Observamos que, segundo Franzosi (1995) todos os fatores descritos acima (econômicos, institucionais, organizacionais e políticos) contribuem para formar os padrões do conflito industrial em qualquer conjuntura histórica dada, e a de que a correlação desses

determinantes é constantemente mudada, em conseqüência do conflito e que processos históricos não são lineares. Nesse sentido, as mudanças históricas são o resultado da interação estratégica de grupos organizados na perseguição de seus interesses individuais e coletivos e que a principal característica dessas estratégias é que elas estão em constante estado de fluxo.

A partir desta perspectiva, afirma que os padrões de greves seguiram de perto as subidas e descidas a longo-prazo das economias capitalistas, pressionando seu ritmo em direção a mudanças na estrutura de classe e em como os atores atuaram, na arena econômica, política, na perseguição de seus interesses. Assim, além de mudanças organizacionais e políticas, os ciclos grevistas trazem também mudanças nas formas de institucionalização do conflito. Acredita-se assim que a análise cíclica das greves traz um conjunto de questões sobre a natureza do conflito industrial, seja no continente europeu ou mesmo no Brasil.

Em terceiro, o arcabouço teórico de Charles Tilly. Optamos por colocá-lo em uma categoria a parte pela complexidade e amplitude de seus estudos. A teoria de ação coletiva de Tilly (1978) possibilita o entendimento do porque as pessoas agem juntas na perseguição de seus interesses. Para tanto une quatro grandes componentes explicativos: Interesse, Organização, Mobilização e Oportunidade.

Tilly (1978) define os *interesses* como sendo os ganhos e perdas resultantes da interação dos grupos com outros grupos. Nesse respeito o autor dá prioridade “a vida econômica e política”. Sua visão favorece a articulação de um grupo sobre a hipótese de observadores contemporâneos do que seria melhor para o grupo.

Por sua vez, *organização* refere-se à estrutura de um grupo que mais diretamente afeta a sua capacidade de agir em seus interesses. Segundo ele, uma questão primordial nesse sentido é identificar quais características da organização fazem a diferença e de como o comprometimento dos membros afeta a intensidade da ação coletiva. O autor foca sua análise em grupos relativamente bem definidos.

O componente *mobilização*, diz respeito ao processo pelo qual um grupo adquire controle sobre os recursos necessários para a ação coletiva. Esses recursos podem ser qualquer coisa utilizada para agir ou compartilhar interesses. Às vezes um grupo, como uma comunidade, por exemplo, tem uma estrutura interna complexa, mas faltam-lhe recursos, e às vezes é rica em recursos, mas estes ficam sobre o controle de agentes individuais. Para o estudo da mobilização, Tilly foca-se nos fatores de produção, como terra, capital, trabalho e tecnologia e negligencia a

possibilidade de que as atitudes são recursos muito mais importantes para a ação coletiva do que qualquer outro fator.

O elemento da *oportunidade* diz respeito ao relacionamento entre um grupo e o mundo a sua volta. Mudanças no relacionamento às vezes ameaçam o interesse dos grupos e às vezes provê novas mudanças para agir. Segundo Tilly o problema de se estudar oportunidades é a dificuldade de reconstruir as oportunidades que estão realisticamente à disposição dos grupos no momento. As análises do autor dão ênfase às oportunidades políticas, ou seja, coalizões e ao relacionamento entre governos e competidores bem definidos pelo controle desses governos.

A ação coletiva depende assim de mudanças na combinação de interesses, organização, oportunidade e mobilização. O autor empreende assim uma análise que conduz da organização para a mobilização, dessa para a ação coletiva e para a complexidade de processos revolucionários. Possibilitando o entendimento de como examinar os prevaletentes padrões de repressão e o impacto da organização dos vários grupos em suas mobilizações e em seus interesses.

O ponto principal de sua argumentação é o de que se deve considerar que os indivíduos ou grupo de indivíduos, fazem escolhas de acordo com algumas regras, implícitas ou explícitas. Tilly (1978) afirma que, no terreno da ação coletiva é difícil construir modelos causais que dêem atenção para os interesses, reivindicações e aspirações dos trabalhadores. O caminho proposto pelo autor é o de tentar uma síntese, uma combinação de modelos causais, com modelos de cursos de ação, buscando colocá-los em um mesmo corpo teórico. Segundo o autor, a *solidariedade* refere-se a uma densa cadeira social e uma forte identidade coletiva, da qual protestos são resultados da perseguição dos interesses organizados. O grande desafio desta teoria é de que as pessoas podem variar facilmente de um envolvimento intenso a uma conformidade passiva, assim como os interesses que podem variar de muito particulares para quase universais.

A tradição teoria de Charles Tilly buscou explicar os padrões de longo prazo das greves levando em consideração a capacidade organizacional da classe trabalhadora. Segundo ele a capacidade organizacional tem promovido profundas transformações na natureza e na forma das greves, como o aumento da participação ao mesmo tempo em que redução da duração.

Segundo Franzosi (1995):

Charles Tilly's (1986) monumental work on forms of contentions in the European scene over the last several hundred years has shown that a proper understanding of strikes requires that we locate this forms of contention within an even much longer time frame: that of the centuries-long repertoires of collective actions, of the transition from traditional moral economy to an industrial economy. [...]In the structural, long-term perspective, events, however momentous in the context of their own times, appear as much more insignificant things. Closeness to an event will make that event look bigger than it may actually be, more unique than the undoubted uniqueness and historical nonrepeatability of the events and actions involved will warrant. But, as we place more and more distance between us and an event, we are able to see the event as part of a larger chain of events, bearing a close resemblance to each other, disseminated like a trail of bread crumbs along the path of history. (Franzosi, 1995, p. 371)

Segundo Tilly (1978) nos últimos anos a forma e não necessariamente o volume das greves está mudando. Segundo ele, as greves modernas tendem a ser mais curtas, mas muito mais numerosas. Isso mostrou ser verdadeiro no Brasil, se observarmos as diferenças na forma e no volume das greves ao longo Grande Ciclo (1978-2007). Noronha (2009) afirma que atualmente as greves do setor privado são mais curtas do que foram nos primeiros anos e do que no auge do ciclo.

Neste trabalho analisamos as greves como uma variável *dependente*. Assim, por meio de uma perspectiva comparada, levamos em consideração as mudanças e as transformações dos padrões grevistas ao longo do tempo e não busco os efeitos produzidos pelas greves nas esferas econômicas, políticas e institucionais.³

A análise comparada dos padrões grevistas internacionais traz também certas dificuldades, pois os países variam muito em suas definições de greves e nos métodos de análises dos dados. A natureza, o propósito e o motivo das greves envolvem diferenças históricas dentro de países e entre eles.

Hyman (1994) destaca três abordagens comparativas para os estudos de greve: a tradição de Shorter e Tilly, por meio da reconstrução histórica das mudanças do conflito, em segundo os estudos estatísticos de greves entre países e estudos de casos de disputas individuais ou “micro-padrões” dentro do local de trabalho.

³ Contudo Franzosi (1995) afirma que não se pode olhar para o conflito industrial como uma variável dependente e para os fatores econômicos como variável independente. Segundo o autor deve-se considerar a natureza dialética do conflito industrial e da causalidade recíprocas entre greves, variáveis independentes e dependentes.

O fenômeno das greves é tradicionalmente medido pela literatura internacional e nacional em três diferentes dimensões: pelo número de paralisações, pelo número de trabalhadores envolvidos e o total de dias parados. Noronha (2009) utiliza as Jornadas Não Trabalhadas (JNTs), que segundo ele é o indicador mais sintético de greves. Trata-se da somatória da multiplicação do número de trabalhadores de cada greve pelo número total de dias parados dessa mesma greve um determinado período de tempo.

Destacamos também que o fenômeno das greves deve levar em consideração as diferenças entre os determinantes de um ciclo de greves (seu nascimento, expansão e declínio), das variáveis que explicam o comportamento das mesmas dentro do ciclo. Assim argumentamos que a busca por explicações do comportamento cíclico das greves, das mudanças de seus indicadores, assim como as diferenças entre categorias e regiões devem ser feitas a luz da comparação de variáveis explicativas, e os respectivos pesos que assumem na determinação dos conflitos trabalhistas.

Neste trabalho, argumentamos que a variável salário tende a ser, em toda parte, o tema central das relações de trabalho e uma variável tradicionalmente examinada pela literatura. Porém, constatar que a maior parte das reivindicações das greves serem relativas a salários não permite intuir que somente os salários ou a flutuação real dos salários, expliquem a redução ou expansão do número de greves.

O trabalho é dividido em quatro capítulos. Primeiramente, destacamos como a literatura de ciclos grevistas foca as análises nas principais transformações ocorridas nos padrões de relações industriais no pós-guerra em uma perspectiva comparada. Ressaltamos, o declínio das taxas de sindicalização e greves na década de 80 e 90 e o crescimento do papel social do Estado. O que fez com que grande parte da literatura falasse em “inchaço” ou crise fiscal do Estado. Objetivamos analisar quais são as variáveis consideradas e como auxiliam na compreensão do fenômeno das greves em diferentes países e épocas.

No segundo capítulo buscamos o entendimento de como o debate internacional de ciclos grevistas aborda a questão salarial na determinação do conflito grevista, em comparação a outras variáveis econômicas, que mostraram ter grande peso na determinação do conflito: Desemprego e inflação. Para tanto, utilizamos uma série de estudos de caso que analisaram os padrões grevistas em seis países: França, Bélgica, Dinamarca, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos.

No terceiro capítulo damos continuidade à análise de como a literatura aborda questões salariais na determinação das greves no Brasil. Para tanto dividimos o capítulo em três partes: Primeiramente, fazemos considerações sobre o modelo econômico de greves; na segunda buscamos explicações para o caso brasileiro, focando a análise no que chamamos de Primeiro Grande Ciclo de Greves, que vai das greves de caráter inaugural de 1978 até o declínio nos anos 1990. Na terceira parte buscamos uma abordagem que foca a análise dos padrões de greves por meio do controle estatal das relações entre capital e trabalho.

No último capítulo buscamos uma análise para o fenômeno grevista na América Latina em uma perspectiva comparada (México e Chile), utilizando para tanto a sociologia histórica de Francisco Zapata.

CAPÍTULO 1. A literatura internacional e os padrões de relações industriais em uma perspectiva comparada.

Neste capítulo buscamos, em uma perspectiva macro, identificar quais são os principais fatores responsáveis pelas mudanças nos padrões internacionais de relações industriais. Não nos preocupamos com conjunturas nacionais específicas de cada país e no peso que variáveis econômicas têm no conflito mas nosso foco é entender como as mudanças nos arranjos institucionais, o crescimento do papel social do Estado e o declínio da sindicalização nas décadas de 1980 e 1990, em comparação com as anteriores, influenciaram nas mudanças nos padrões de relações industriais no pós-guerra.

A explicação é dividida em quatro partes. Na primeira, enfatizamos a importância dos estudos comparados de relações industriais construídos no pós-1945, para o entendimento das recentes tendências grevistas. Em seguida, destacamos algumas tentativas de categorizar variações nacionais de ajustes econômicos e políticos no pós-guerra e como criam novas estruturas de relações de classe. Em terceiro ressaltamos dois fatores endógenos decorrentes da consolidação do *welfare state* keynesiano: a fraqueza da negociação coletiva enquanto um veículo de “restrição”, e o crescimento do papel social do Estado. E o fator exógeno, de como, nas décadas de 1960 e 1970, a economia internacional tornou-se um “motor de instabilidade” (Hyman, 1994). Objetivamos entender assim como essas mudanças no nível macro podem influenciar que variáveis econômicas como salários, desemprego e inflação tenham um maior ou menos peso na determinação dos conflitos. Por fim, como conclusão, apontamos que a literatura internacional sobre as mudanças nos padrões de relações industriais identificam o desemprego como variável econômica explicativa principal e de que modelos causais que afirmam que altas taxas de desemprego são seguidas por redução de greves não mostraram-se verdadeiros para a Europa.

1.1 Relações Industriais comparadas

O método comparado de padrões de relações industriais justifica-se à medida que direciona as análises a um refinamento teórico e auxilia no encontro de novas proposições explicativas. Dessa forma, as comparações são necessárias à medida que forçam o observador a direcionar criticamente o que normalmente é aceito como não problemático dentro de um contexto nacional. O que era tomado por certo pode assim parecer contingente ou talvez excepcional. Ainda, e em consequência, comparações forçam o observador a encontrar nossas suposições sobre a natureza e os significados das instituições chaves das relações industriais: como empresas, sindicatos, associações de empregadores e ação coletiva

Argumentamos assim que análises comparativas colocam a prova explicações causais desenvolvidas em países específicos. Por exemplo, Hyman e Edwards (1994), comparando um amplo conjunto de países, contradizem a tese de que o aumento do desemprego conduz automaticamente a redução das greves. Isso força a considerar questões que não haviam sido consideradas. Ou seja, o caráter e o significado das greves (ou do desemprego) diferem entre nações?

Dessa forma, o processo comparativo força o pesquisador a refinar suas proposições explicativas e “fazê-las genuinamente aplicáveis no geral, ao invés de teorias de contextos distintos” (HYMAN, 1994).

Nesse sentido, Hyman (1994) afirma:

‘Convergence’ theories in the 1950s (Kerr etc al. 1960), for example, diagnosed common trends in diverse societies which they attributed to an underlying ‘logic of industrialism’: common economic forces, in their view, overrode cultural and institutional diversity. Conversely, contrasting economic performance in countries with Maurice et al. to national specificities which were not previously assigned much explanatory significance; in their words, the differences they document ‘can be interpreted only in terms of the complex, multifarious interaction between socialization and organization’ (1986:120). They reciprocity between these two models of analysis: one which explores similarity and convergences, the other difference and divergence-provides the potential for the advance and refinement of theory in industrial relations. (Hyman e Ferner, 1994, p. 2,3)

1.2 Ajustes econômicos e políticos no pós-guerra europeu

A literatura sobre as relações industriais européias tem dado grande atenção a como os ajustamentos políticos, econômicos e como os arranjos institucionais nacionais do pós-guerra criaram novas estruturas de regulação para as relações de classe. Podemos destacar, algumas tentativas de mapear e categorizar as variações nos padrões dos acordos nacionais do pós-guerra na Europa.

Regini (1984) explica às mudanças nos padrões utilizando como fator explicativo chave a distinção entre sistemas baseados em uma: “*concertação nacional*”; “*isolação política do trabalho*”; e “*fragmentação pluralista*”. O primeiro grupo é composto por, Holanda, Áustria e Alemanha depois dos anos 1960 e pelos países Escandinavos. O autor busca entender como países tornaram-se integrados em um sistema tripartite de economia nacional e formação política e social e como esse princípio de parceria social refletem nas relações industriais nacionais.

Em sistemas baseados em uma “*isolação política do trabalho*”, o autor destaca os países mediterrâneos, dos quais os governos intervieram na economia em uma “*aliança unilateral com o capital*”. Nesse contexto a exclusão dos sindicatos do cenário político foi corroborada com uma dura linha anti-sindical dentro das fábricas. E no terceiro grupo, do qual o melhor representante na Europa é a Inglaterra, e que a enraizada negociação coletiva é assunto de uma mínima regulação política e jurídica.

Crouch (1993) propõe outra abordagem, que leva em consideração a força da organização sindical e os graus de coordenação estratégica entre capital e trabalho. Em sua análise, afirma que os anos 1940 foram um divisor de águas em termos dos impactos da sindicalização. Antes da Segunda Guerra Mundial, os países que eram caracterizados por ter uma forte centralização sindical experimentaram altos níveis de conflito. No pós-guerra essa relação se inverte, países com baixa sindicalização experimentaram níveis elevados de conflito industrial.

1.3 Fatores endógenos e exógenos decorrentes da consolidação do Welfare State Keynesiano

Na perspectiva de Hyman (1994) são identificados fatores endógenos (fraqueza da negociação coletiva enquanto um “veículo de restrição”) e exógenos (como a economia internacional na década de 1960 e 1970 se tornou um “motor de instabilidade”), decorrentes da consolidação do *welfare state* Keynesiano.

O primeiro fator endógeno refere-se a fraqueza da negociação coletiva enquanto um “veículo de restrição”. O autor explica afirmando que nos primeiros anos do pós-guerra, a maior parte dos líderes sindicais comprometeram-se com políticas de reestruturação nacional. Afirma que os trabalhadores ainda estavam afetados pela “*mentalidade da depressão*” (Hyman, 1994) e não procuraram explorar a força da posição do mercado de trabalho que relativamente o emprego pleno trouxe. Assim os choques de tantos sistemas de negociação coletiva ao final dos anos 1960 marcaram o fim desse efeito restritivo.

O segundo fator descrito pelo autor é o crescimento do papel social do Estado a partir dos anos 1970. Para Hyman (1994), o aumento do crescimento estatal gerou uma tensão macroeconômica, e uma possível “crise fiscal do estado”. O autor afirma que os trabalhadores do setor público e seus sindicatos, tornaram-se atores importantes na perseguição de seus direitos⁴ e na defesa do emprego. Nesse contexto, os empregados dos setores públicos e seus sindicatos tornam-se importantes atores na perseguição de seus interesses, em um período marcado por altas taxas de desemprego.

Seguindo anos de expansão do pós-guerra, o Estado tem desempenhado um papel central como símbolo de mudança política nos países europeus. Seu papel, enquanto “abastecedor” do *welfare State* em saúde, educação e segurança social gerou uma extensa literatura sobre o “*inchaço do Estado*” e “*crise fiscal*”. Estas tendências de longo prazo já sofreram os efeitos da crise econômica, levando ao agravamento dos *déficits* do setor público nos anos 1970.

Ao final dos anos 1980 novas pressões de reforma do Estado surgiram da Integração Europeia e da intensificação da competição internacional. Ferner (1994) afirma que a eficiência do setor estatal é vista como fator chave de competitividade no mercado europeu.

⁴ Hyman (1994) a Suíça como arquétipo do chamou de um *modelo de relações industriais robusto*. Neste país pode-se notar, de maneira mais marcante, a tensão entre as restrições do setor manufatureiro pela necessidade de competir em mercados internacionais.

Esses processos encorajaram uma ampla resposta política nos anos 1980. Segundo o autor tais políticas tomaram duas formas: primeiro que, procurando diminuir o desemprego, os governos tiveram que redefinir sua área de ação, retirando-se de certas atividades por meio da privatização e subcontratação de serviços. Em segundo que tentaram reformar a disposição do serviço público, fazendo com que houvesse uma mudança radical na forma como a administração pública é gerenciada. Isso implica em estilos e estruturas de gerenciamento do setor público que, segundo o autor, fizeram com que “o mercado penetrasse no núcleo do Estado” (Ferner, 1994).

A reestruturação teve assim um grande impacto nas relações industriais e na gestão de pessoal do Estado. O crescimento do emprego do setor público diminuiu nas décadas de 1960 e 1970, enquanto estruturas de negociação e participação, de determinação dos salários, da organização do trabalho, de estruturas de carreira, foram assuntos e projetos de reforma. (Ferner, 1994)

. No entanto, com exceção do Reino Unido e Irlanda, o setor estatal continua a crescer com a proporção do total de empregos em 1980 na maior parte dos países europeus.

Segundo Ferner (1994):

Central government has declined somewhat relative to local government, although health and education employment has continued to expand in a number of countries. Even in Britain, most of the shrinkage in civil service employment came from the fall in blue-collar staff, and the early 1990s have seen a renewed growth in white-collar numbers. (Ferner, 1994, p.57).

Constatou-se que o maior declínio foi nas empresas estatais, onde a privatização combinada com a reestruturação provocaram grandes quedas no emprego. A Inglaterra, segundo ele, provê o exemplo mais notório, caindo de dois milhões de empregados de empresas públicas em 1979 para três quartos de milhão em 1992. Em países como Itália, Espanha e Áustria, as empresas estatais continuaram por um tempo a desempenhar seus papéis tradicionais, ajudando os trabalhadores a manterem seus empregos, enquanto a França viu um massivo programa de nacionalização. No entanto, Ferner (1994) aponta que na última metade dos anos 1980, os números caíram muito em toda parte.

Hyman (1994) afirma que:

The post-war reconstruction or consolidation of national industrial relations systems occurred when a buoyant US economy was internationally dominant,, and when the international monetary regime agreed at Bretton Woods in 1944 ensured a stable environment for cross-national trade. Economic stability in western countries- the foundation of stable industrial relations –was also assisted by a trend in terms of trade to their advantage and to the disadvantage of primary producer nations.(Hyman, 1994, p.9)

Como afirmado por Hyman (1994) quase todos os acordos do pós-guerra foram o resultado da interação estratégica entre governos, empregadores e movimentos trabalhistas. Para ele os anos 1940 foram um momento decisivo para a Europa Ocidental. As maiores partes das nações ocidentais experimentaram guerras, ocupações inimigas e ditaduras – muitas vezes uma combinação desses fatores, o que obrigou os países a reconstruírem suas identidades nacionais, seus sistemas políticos e suas economias.

Segundo Hyman (1994):

Quase universalmente o acordo do pós-guerra foi o resultado das intervenções estratégicas e acomodações por governos, patrões e movimentos trabalhistas, em que, esse último, foi geralmente fortificado por seus registros como componentes dos movimentos de resistência nacional e por um característico modo populista que, freqüentemente incluiu o compromisso para escapar a privatização resultada da inter-guerra da massa de desemprego. (Hyman, 1992, p. 142).

Os fatores exógenos apontados focam-se em um consenso na literatura internacional comparada de que nos anos 1960 e 1970 a economia internacional tornou-se um “motor de instabilidade” (Hyman, 1994). A estagnação da economia americana produziu efeitos recessivos enquanto os custos da guerra do Vietnã geravam pressões inflacionárias no mundo todo. Afirma o autor que , na maior parte dos países da Europa ocidental, os efeitos dessas mudanças nas relações industriais foram temporariamente amortecidos pela estreita integração dos sindicatos no gerenciamento macroeconômico.

Assim Hyman afirma que:

The process widely analyzed as neo-corporatism (for example, Schmitter and Lehbruch, 1979) had at its core the shoring up of centralized union discipline in collective bargaining – different forms of explicit or implicit incomes policies – in exchange for enhanced trade unions status and in many cases the consolidation of social benefits and statutory employment rights (Hyman, 1994 p.9)

Conforme relata o autor os arranjos institucionais keynesianos provaram ser temporariamente efetivos. A piora nas condições do mercado de trabalho impôs novas demandas e orçamentos estatais para suportar o crescimento do desemprego, agravando também o problema da crise fiscal. Segundo Ferner (1994), uma resposta comum tem sido a tentativa de redefinir os limites da atividade econômica estatal. As controvérsias sobre tais iniciativas, como as privatizações, exemplificam a falta de um consenso político dos acordos no pós-guerra europeu.

1.4 Greves e condições econômicas.

As considerações a seguir conduzem-nos para a conclusão do capítulo. A constatação de que a literatura internacional de ciclos grevistas europeus aponta o *desemprego* e não salários, como variável econômica chave para o entendimento do conflito industrial nos pós-guerra. Tal fato justifica-se, pois as características mais gerais dos padrões de relações industriais europeus no pós-guerra, as crises dos choques do petróleo e a instabilidade econômica internacional afetaram diretamente as economias européias.

Segundo Edwards e Hyman (1994) “talvez a mais óbvia explicação para o declínio nos índices de greves seja recessão econômica”. Os autores afirmam que o modelo teórico dominante Norte Americano defende que a frequência de greves diminui quando o desemprego sobe não se mostrou verdadeira para o caso europeu.

Os autores citam os estudos de Davies (1981), que conduziu uma análise em que cada modelo foi especificado para cada país e as relações com as tendências atuais de greves foram exploradas. O autor encontrou dois achados empíricos: primeiro de que o nível de desemprego foi, pelo menos até a metade da década de 1970, diretamente (ou seja, o número de greves sobe quando o desemprego sobe) e não inversamente proporcional (o número de greves cai quando o desemprego sobe) ao nível grevista, na Bélgica, Nova Zelândia e Suíça. Segundo que o salário real desempenhou uma variedade de ligações com as greves, incluindo uma

associação positiva na Alemanha, e inversa na Holanda e Itália e nenhuma associação na França. Davies (1981) expõe esses dados analisando em termos de instituições de negociação coletiva. O autor conclui assim que não somente o nível de greves mas também as tendências ao longo do tempo variam de acordo com estruturas institucionais.

Para as recentes tendências nos anos 1980 na Europa o autor se pergunta se o declínio de greves no Reino Unido e França podem ser explicados por um aumento do desemprego ou foi uma mudança qualitativa nos determinantes das greves? Para o desemprego constatou-se uma ligação inversamente proporcional entre frequência de greves e desemprego, na Itália e Inglaterra e uma ligação positiva na França e Dinamarca.

Dessa forma podemos concluir afirmando que evidências de que condições econômicas tiveram um claro e uniforme efeito nos níveis grevistas são muito limitadas. Mas apontamos que essas variáveis parecem operar diferentemente em diferentes países e seus efeitos são mediados por relações institucionais e instituições políticas.

Por fim Franzosi (1995) afirma que:

All that an economic model of strike is saying is that workers' rational calculations and decisions to strike are functions of wages, prices, and unemployment rate. It does not say anything about how other actors may affect these economic variables. The social relations behind the economic relations have been lost; In these models, workers merely react to impersonal forces that no one controls, no one directs, no one benefits from. A strike is the result of the strategic interactions among several social actors with specific interests and specific capacities.”(Franzosi, 1995, p.17).

CAPÍTULO 2. A variável salarial na determinação do conflito internacional

No presente capítulo buscamos analisar como a literatura internacional aborda a questão salarial na determinação do conflito grevista, em comparação com outras variáveis econômicas que mostraram ter um grande peso explicativo – desemprego e inflação. Para tanto partimos de uma série de estudos de caso de seis países que analisaram os padrões e ciclos grevistas em uma perspectiva comparada: França, Bélgica, Dinamarca, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos.

2.1 Greves e salários na França

Segundo Bouquin (2007) as estatísticas da atividade grevista francesa parecem, à primeira vista, homogêneas, o que torna necessário um olhar mais atento sobre como esses dados são estruturados. No setor governamental (administração estatal, autoridades locais, educação e hospitais estatais) e no setor privado, os dados são coletados pelo responsável daquele setor, que tendem a diminuir o número ou o tamanho das greves,

Ao procurar por uma visão mais clara do conflito o autor buscou informações de greves para séries temporais mais longas. Nesse sentido, o critério de medição de greves faz grande diferença. Por exemplo, se a medição for número de greves/1000 trabalhadores então a França tem um dos maiores padrões de greves de toda a Europa, desde a Segunda Guerra. Agora se usar a medida de número de dias não trabalhados/1000 trabalhadores, faz com que outros países como o Reino Unido e a Itália tenham maiores níveis de conflito. Tal fato demonstra como o conflito industrial muda se medido por uma variável ou por outra.

Bouquin (2007) analisa o conflito social francês distinguindo quatro períodos distintos: 1955-1974 (caracterizada por um número crescente número de conflitos); 1975-1986 (um declínio nas lutas sociais); 1986-1995 (o retorno do conflito social) e 1995-2005 (a resistência crescente do neoliberalismo).

O período de 1955-1974 caracteriza, segundo o autor, a emergência dos movimentos sindicais que caracterizaram-se por um alto grau de mobilização e de duração das greves. A greve geral de 1968, seguida por diversas greves locais, espalhou-se rapidamente para a

maioria dos centros industriais e para grandes e pequenas empresas. A greve geral atrelada a intensos movimentos estudantis conduziu a França a uma crise institucional.

Segundo o autor, no campo econômico o movimento grevista foi à expressão da crise de métodos gerenciais, acusados como sendo autoritários, e uma resistência a divisão taylorista de trabalho de produção em massa.

Ainda o autor que a partir de 1975 as greves começaram a cair. Destaca que entre 1975 e 1978 foi um momento em a crise econômica influenciou na redução do tamanho e a frequência das greves. Mas separadamente de um pequeno número de conflitos, foi somente nos anos 1980, com a chegada da esquerda no poder que rompe uma nova onda de greve, concentrada agora no setor privado. O alvo principal foi à indústria automotiva, pois a chegada da esquerda no poder mudou a situação para esse grupo de trabalhadores.

Os trabalhadores reivindicavam uma mudança no sistema de gerenciamento. As reivindicações grevistas eram de manutenção do emprego e aplicação dos direitos sociais e democráticos dentro das empresas. As greves resultaram em novos direitos de negociação coletiva paralelamente aos direitos de intervenção e participação que os trabalhadores adquiriram no chão de fábrica.

O período de 1986 a 1995 caracterizou-se pela retomada de conflitos sociais em um período que segundo o autor marca uma “coabitação” entre um presidente socialista e um governo de direita, o que segundo ele foi propício para o aparecimento de conflitos sociais, como as diversas mobilizações estudantis que marcaram esses anos. A despeito da derrota sofrida pelo partido socialista em 1986, o que marcou um número elevado de conflitos não vistos desde a greve geral de 1968, o maior fator apontado para esses anos foi o crescente apoio popular as greves, vistas como positivas pela maioria da população, o que o autor relaciona com uma solidariedade aos trabalhadores do setor privado.

De maneira geral, as políticas adotadas pelo governo em 1998 tiveram sucesso em diminuir as taxas de desemprego e em criar novos com os efeitos de uma economia em crescimento. Mas as greves de dezembro de 1998 por seguro desemprego não conseguiram resultados positivos. Nesse sentido o autor afirma que questões relativas a salários e emprego passaram a dirigir cada vez mais aos conflitos dentro das fábricas.

O autor conclui com três afirmações genéricas sendo a primeira que os sindicatos tiveram um papel ativo na defesa dos interesses individuais dos trabalhadores, como salários e

horas de trabalho. Em segundo que na França as greves de setores base são raras e um número reduzido delas envolve salários. E por último que a “divisão e a fraqueza dos sindicatos do setor privado tendem a distanciá-los dos trabalhadores e dificultar a capacidade de representar a força de trabalho e regular os salários”. (Bouquin, 2007)

Podemos concluir que, em um cenário de crise institucional e econômica, as demandas referentes a salários e manutenção do emprego desempenharam um importante papel na eclosão das greves. Conclui-se que na França as questões salariais tiveram um peso grande nas paralisações.

2..2 A atividade grevista na Bélgica

Primeiramente deve se ressaltar, que a extensa ação política contra o parlamento, assim como tumultos trabalhistas são comuns na Bélgica. Nesse país três massivas e importantes greves (1893, 1902 e 1913⁵), ocorreram com o objetivo de atingir o sufrágio masculino universal. Essas greves, assim como as posteriores a Primeira Guerra Mundial, caracterizaram-se por serem longas e com baixa frequência, fazendo com que os padrões grevistas deste país fossem diferentes dos outros países europeus, não se encaixando assim em nenhum padrão internacional.

Nesse sentido:

The distinctive strike form changed after 1960 when the privileged access to a friendly government offered an alternative and less costly means to achieve a more favourable distribution of welfare resources for the workers than striking. However the upsurge of wildcat strike proved that Belgium was no exception to the militant 1970s. (Vandaele 2007: 196)

Vandaele (2007) aponta que a Bélgica viveu uma onda descendente de greves no século passado. Comparações internacionais mostraram que o comportamento das greves na Bélgica tem hoje um nível baixo apresentando um padrão baixo desde os anos 1980.

O autor argumenta que a Bélgica é muitas vezes deixada de lado quando se analisa os padrões grevistas europeus, pois as estatísticas oficiais de greves não são precisas. Afirma também, que embora tenha padrões irregulares de greves, há indícios de uma forte sindicalização no país.

⁵ (Vandaele, 2007)

Segundo Vandaele (2007) comparado com os anos anteriores, os padrões de greve na Bélgica aumentaram significativamente nos anos 1970. Nesse ano a frequência de greves duplicou, a participação quadriplicou e o volume de greves aumentou quase dez vezes. No entanto, comparado com ondas de greves anteriores de países como a Itália ou França, os padrões da Bélgica são notadamente baixos.

A segunda metade da década de 1970 viu a explosão de tumultos trabalhistas, marcando um acentuado número de greves, em comparação com anos anteriores. Mas a década seguinte marca uma queda significativa nesses índices. O que, segundo o autor indicam uma estabilidade nos padrões grevistas (se comparados a segunda metade da década de 1970).

Segundo afirmado pelo autor, embora as greves sejam um fenômeno multi-causal, na Bélgica a diminuição das greves, de 1991-2005, pode ser explicada basicamente graças ao *desemprego*. O autor afirma que a ação sindical teve sucesso e de que os dirigentes sindicais desempenharam um importante papel de mobilização e organização sindical. O autor conclui que mais de 80% as greves tiveram sucesso nos anos de 1968-1974, significando que os resultados das greves foram decorrentes do compromisso dos trabalhadores. O crescimento acentuado da densidade sindical reflete esse triunfo.

Por fim, o autor afirma que nos anos recentes, desde os principais ajustes salariais de 1996, a retomada da atividade grevista pareceu ter somente objetivos econômicos e não resultou numa onda de greve como a de 1970.

Conclui que a intervenção governamental nos salários fez com que as greves que tivessem reivindicações salariais fossem inúteis. Desde o último ajuste salarial em 1996, as ondas de greves pareceram só estar relacionadas a condições econômicas, não reproduzindo uma onda de greve como a da década de 1970.

2.3 Dinamarca (1969-2005)

Birke (2007) analisou os padrões grevistas dinamarquês no período de 1969-2005. O autor afirma que entre os anos 1950 e 1960, dentre todos os países da Europa, a Dinamarca foi o menos propenso a greves. No entanto desde os anos 1970 até os dias atuais o país é marcado por um dos maiores padrões grevistas de toda a Europa.

O autor afirma que até hoje a Dinamarca tem um dos mais altos padrões grevistas, se comparados aos outros países europeus. A crise econômica mundial na segunda metade da década de 1970 afetou a economia dinamarquesa mais do que qualquer outro país ocidental Europeu. O *desemprego* cresceu vertiginosamente e a política econômica de governo veio sob a dupla pressão de uma balança negativa de pagamentos e aumento no déficit público. Nas vésperas da recessão que abateu o país no final de 1973, o Partido Social Democrata e o Partido Popular Socialista sofreram uma massiva derrota eleitoral dando caminho para um pequeno e minoritário governo.

Os fatores adicionados a essa tendência foram principalmente que as políticas de restrição salarial governamental foram recebidas com amplo descontentamento, fazendo com que houvesse uma crescente participação dos trabalhadores públicos nas paralisações. Até o final da década, trabalhadores e professores melhoraram suas táticas grevistas à medida que se tornavam amplamente aceitas pela maioria da população, à medida que a politização da greve continuava contra as restrições salariais impostas. As lutas contra demissões em massa tornaram-se uma importante característica da história trabalhista dinamarquesa. O que resultou no aumento do desemprego e na queda dos salários reais.

Deve-se ressaltar que quando a coalizão Social-Liberal retornou ao poder, em 1993, promoveu uma reestruturação da economia dinamarquesa, buscando reduzir o desemprego.

Comparado com a queda nos padrões de greves da maior parte dos países europeus, a Dinamarca constitui-se como um país com o maior número de conflitos na década de 1990. Essas greves continuaram a seguir os mesmos padrões desde o *boom* de greves da década de 1960. O autor conclui afirmando que atualmente, mesmo com a prevalência de um alto nível de greves, elas não tem sido capaz de mudar a agenda das relações industriais dinamarquesas.

2.4 Padrões grevistas no Reino Unido

Lyddon (2007) analisou os padrões grevistas no Reino Unido de 1968 a 2005. O autor afirma que a partir de 1973, o Reino Unido presenciou os efeitos de uma série de políticas salariais, particularmente restritivas para o setor público, e de reformas promovidas por agências estatais no setor privado.

Após as crises dos choques do petróleo, testemunhou-se um impasse entre trabalhadores ansiosos em proteger seus salários contra a alta inflação e os que não estavam dispostos a fazer concessões. O caráter das greves, no início dos anos 1980, estava concentrado na organização no chão-de-fábrica, e eram decorrentes da recessão econômica desses anos.

Grande número de greves a partir dos anos 1970 foi em parte resultado das grandes estratégias dos empregadores industriais, que estavam sujeitos as pressões e tensões do mercado, o que fez com que as greves fossem caracterizadas pela alta fragmentação da negociação. Muitos trabalhadores, particularmente no setor de transporte e de carvoarias, estiveram sujeitos aos efeitos das grandes reestruturações do mercado de produtos nos anos 1980, o que envolvia perda de emprego e maiores mudanças nas práticas trabalhistas.

Os padrões minaram algumas das mais importantes resistências das greves, fazendo com que o número de greves, de trabalhadores parados e número de horas paradas, diminuíssem. No entanto, um número considerável de comentaristas tem afirmado os anos 1970 constituem-se uma década peculiar com uma atividade grevista historicamente alta em todos os indicadores tradicionais (número de greves, de grevistas e dias parados).

Podemos concluir afirmando que Lyddon (2007) aponta a inflação como sendo o principal problema enfrentado pelos governos europeus no pós-guerra, o que fez com que os governos nas décadas de 1960 e 1970 lançassem diversas políticas de rendimento como resposta. Tais políticas tinham como foco principal ajustes salariais. O colapso dessas políticas geraram explosões de massivas greves contrárias a baixa remuneração. Estas greves apresentaram um número elevado de dias não trabalhados e nenhum resultado positivo para os trabalhadores. (ganharam somente um pequeno aumento do que fora acordado no pré-greve).

2.5 Greves e salários nos Estados Unidos

MacCartin (2007) analisou os padrões grevistas nos Estados Unidos dos anos 1960 até 2005. O autor afirma que nenhuma arma foi tão importante para o aumento da organização do trabalho nos Estados Unidos como a greve. Nesse país o fenômeno grevista marcou um momento crucial na história trabalhista americana, do começo do século XIX até o aumento do sindicalismo nos anos 1930.

Mesmo no pós-Segunda Guerra Mundial as greves continuaram a ser uma importante arma para os sindicatos americanos. Até a década de 1970 a ação grevista espalhou-se por novos setores da economia, como os trabalhadores do setor público que aumentaram consideravelmente o número de paralisações. O aumentado índice de conflito até a segunda metade da década de 1970 tornou impossível a tarefa de prever o declínio que sofreriam no final do século XX.

O autor afirma que métodos estatísticos que analisaram essas quedas são falhos em dois sentidos. Primeiro que, a agência nacional de medição de greves não distingue entre greves e *lockouts* (por parte dos empregadores). Segundo, que a administração de Ronan Reagan descontinuamente monitorou as greves envolvendo menos que 1.000 trabalhadores envolvidos em 1982. Mas, apesar da dificuldade encontrada na análise dos dados, o autor conclui que entre 1980 e 2004 as greves sofreram vertiginosa queda. A questão que obviamente se coloca é o que provocou a queda dos índices de greves nos Estados Unidos?

O autor afirma que a resposta a essa questão tem só recentemente tomado forma na literatura. Como em outros países apontados nesta pesquisa, a resposta deve levar em consideração vários fatores explicativos. Entre esses estão às características do sistema de relações industriais e suas sustentações legais, o declínio da densidade sindical e mudanças na estrutura econômica americana e do mundo. O autor afirma que os fundamentos das relações industriais do setor público e privado foram feitos antes dos anos 1970, e que não houve significantes alterações na estrutura nos anos seguintes.

O autor ressalta a dificuldade em se medir um complexo gama de fatores explicativos para a queda nos padrões grevistas nos Estados Unidos entre 1970 e 1980. Nesse período mudanças nas condições econômicas e políticas fizeram com que a militância trabalhista fosse devastada.

A economia americana passou por um dos momentos mais difíceis da sua história entre os anos de 1970 e 1984, desde a época da grande depressão. Esses anos viram a combinação dos impactos da inflação e do desemprego.

A grande insegurança causada foi exacerbada por mudanças estruturais na economia que tomaram lugar durante o período. Uma mudança estrutural que tornou-se evidente foi a emergência de uma pressão descendente nos salários e o crescimento da insegurança nos empregos no setor manufatureiro –caracterizado por fortes sindicatos. Como o resultado dessas mudanças houve o aumento da insegurança em praticamente todos os empregados americanos. Essa conjuntura contribuiu para que se fizessem mudanças na política americana. Assim, desde 1973 o salário real dos trabalhadores começou a estagnar e até declinar, atrelado com altas inflacionárias. Nesse sentido a militância do setor público cresceu em um ritmo acelerado e o índice de greves mais do que dobrou no período, conduzido pelas greves dos trabalhadores municipais.

Tal conjuntura auxilia na compreensão do porque as greves declinaram, mas não explicam porque continuaram a declinar ao longo da década de 1990. Para responder a tal questão devem-se levar em consideração os impactos do comércio internacional, que não são não únicos para os Estados Unidos, o impacto dos endividamentos pessoais dos trabalhadores, e o declínio da densidade sindical e dos índices de greves, desde 1980.

A partir da exposição acerca das características econômicas mais gerais que atingiram a economia americana dos anos de 1970 e 1990, que contribuíram para explicar o declínio nos padrões grevistas nos Estados Unidos, conclui-se que as constantes perdas salariais, atreladas a outros fatores como inflação e desemprego, fizeram com que os índices de greve aumentassem grandemente nos anos 1970. O autor mostra como as constantes perdas salariais dos trabalhadores motivaram a explosão dessas demandas. Contudo após 1975 os índices de greves começam a evaporar, à medida que os governos começaram a adotar posturas mais ostensivas com relação ao conflito trabalhista.

2.5 Padrões de greves no Canadá

Briskin (2007) analisa as tendências das greves no Canadá de 1960 até 2004. A autora afirma que o Canadá é um vasto país, maior em extensão do que os Estados Unidos e que tem um intenso movimento sindical, nos níveis locais, regionais e nacionais. Nesse país os sindicatos são regulados por vários códigos trabalhistas, alguns em jurisdição local e outros em nível nacional.

A autora oferece um perfil da militância trabalhista por meio de dados agregados e identifica algumas tendências emergentes na resistência trabalhista. Afirma que os trabalhadores têm feito greves para melhorar condições de trabalho e por remuneração, defendendo seus direitos por meio da proteção sindical. Assim, os trabalhadores têm usado as greves como arma para resistir não somente a agressão dos empregadores, mas também em busca de políticas governamentais favoráveis.

Dois aspectos marcantes das relações trabalhistas no Canadá apontados pela autora são a fragmentação e descentralização. As relações trabalhistas são reguladas provincialmente, tendo sistemas legais distintos. Embora todos os trabalhadores canadenses terem o direito formal de filiação sindical, acessar a representação sindical depende de um processo complicado de *certificação*. Segundo a autora, “organizar um sindicato é uma tarefa difícil, pesada e geralmente não bem sucedida”. Além de que o “entrincheiramento” da direita governamental com agendas anti-trabalhistas tem aumentado a habilidade dos empregadores de prevenir a sindicalização. A autora aponta a dificuldade em organizar um sindicato no Canadá, principalmente no que concerne aos trabalhadores imigrantes e a força de trabalho feminina, que geralmente trabalham em setores e locais de difícil organização.

As diversas reestruturações produtivas, a globalização e a integração regional, fizeram com que os canadenses enfrentassem condições de trabalho precárias e diversas negociações salariais, marcadas por quedas nos salários reais de toda classe trabalhadora. Fatores que indiscutivelmente produziram efeitos na militância trabalhista.

A profunda reestruturação do mercado de trabalho, da forte sindicalização do setor manufatureiro para sérios privados de difícil organização e a criação de serviços temporários conduziram a um declínio na densidade sindical. As lutas sindicais focam-se assim em mudanças como terceirização, e em prol de segurança do emprego e questões salariais.

A autora aponta que a média de duração das greves quanto o número de dias parados começaram a crescer de 1960 até 2004. Segundo a autora esses aumentos são ligados a “agressão” por parte dos empregadores. Afirma que não se pode entender a militância trabalhista sem entender os padrões de agressão patronal. Os *lockouts* são frequentemente uma das formas de agressão dos empregadores. Segundo a autora o grande número de *lockouts* atrelado a um declínio na frequência de greves fazem com que a “agressão” empresarial seja em alguns casos, seja feita com suporte estatal.

A autora que recentemente marcou-se o final de uma significativa onda de inflação e o início de uma onda de controle salarial para a maioria dos trabalhadores do setor público. Este foi um período que segundo ela marcou uma guinada na estratégia empresarial: Segundo a autora os empregadores vão a negociação com demandas confrontacionistas que geralmente incluíam concessão salarial.

A autora afirma assim que:

employer came to negotiation with confrontational demands with often included wage concessions and rollbacks. They often pushed workers towards strike and then resorted to lockouts rather than allowing workers set the schedule for the conflict. (Briskin, 2007 p.100)

A autora explica que a queda nos indicadores de greves nos anos 1990 pode ser explicada por um complexo gama de fatores econômicos, políticos e fatores legais. Os dados desagregados e fontes qualitativas indicaram uma continuada militância trabalhista, (legal e ilegal) contrária a “agressão” empresarial e políticas de governos anti-trabalhistas. Nesse mesmo sentido afirma que a militância sindical está também aumentando. Afirma que dentro dos sindicatos canadenses o crescimento.

Pode se concluir afirmando que questões salariais no Canadá, como nos outros países europeus analisados, mostraram ser um dos principais fatores grevistas, mas não explicam sozinhos, a redução ou expansão no número de greves. As greves são em toda a parte do mundo, um fenômeno complexo que envolve um gama variado de fatores explicativos.

A análise da literatura internacional sobre ciclos grevistas e os estudos de caso relatados neste capítulo mostraram que não há uma recorrência de explicações voltadas para o peso da variável salário na determinação do conflito e que essas não foram as principais determinantes dos conflitos. Contudo, uma segunda variável mostrou-se insistentemente recorrente – o desemprego. Em alguns casos salários desempenharam um papel secundário na determinação das greves, como na Dinamarca.

O caso Dinamarquês se constitui como um ótimo exemplo, pois em meio a crise europeia da década de 1970, o desemprego caiu vertiginosamente e a política de governo veio sob a dupla pressão de uma balança negativa de pagamentos e aumento no déficit público. Apontou-se que os *fatores adicionais* a essa tendência foram principalmente as questões relativas a políticas de restrição salarial que foram percebidas com amplo descontentamento pela população, o que provocou uma crescente participação de trabalhadores públicos nas paralisações. Podemos também citar as conclusões chegadas ao final do capítulo anterior onde afirmamos que, diferentemente de modelos desenvolvidos na América do Norte⁶ a greves e desemprego não são inversamente proporcionais na Europa,

Por exemplo, argumentamos no final do primeiro capítulo que Hyman (1994) encontra evidências contrárias aos padrões norte-americanos que comprovaram uma relação positiva entre desemprego e greves. Ou seja, quando o desemprego aumenta as greves diminuem. Hyman mostrou como esse modelo não se aplica ao caso europeu. Por fim, podemos claramente entender como as greves e suas variáveis explicativas parecem operar diferentemente em contextos históricos distintos.

⁶ Ver Hyman (1994) p. 262

CAPÍTULO 3. O peso da variável salarial nas teorias de ciclos grevistas brasileiras

Neste capítulo seguimos a mesma orientação do anterior, buscando verificar o peso dado pela literatura à variável salário na determinação do conflito trabalhista no Brasil. Para tanto, dividimos o capítulo em três seções. Na primeira expomos um modelo econômico de análise grevista para o Brasil, buscando entender como esses modelos estabelecem relações entre as variáveis explicativas.

Na segunda seção buscamos explicação para o fenômeno grevista em correntes que analisam as greves enquanto uma variável dependente, ou seja, que buscam explicações de como ciclos econômicos externos afetam o comportamento das greves. Esta seção subdivide-se em duas partes: primeiramente analisamos qual o peso dado por essas correntes a variável salário. Em segundo lugar buscamos explicações para as principais mudanças dos padrões grevistas da passagem da década de 1980 para a de 1990, que marcam um declínio das greves e das taxas de sindicalização. Utilizamos explicações que focam-se no relacionamento entre sindicatos com o mercado financeiro e explicações que afirmam uma “crise do sindicalismo brasileiro na década de 1990”.

A última seção traz a abordagem que foca a análise dos padrões de greves por meio do controle estatal das relações entre capital e trabalho.

3.1 O modelo econômico de greves

As explicações econômicas (que levam em consideração variáveis como salário, emprego e inflação) são modelos tradicionais de explicação do fenômeno grevista. Estas análises fundamentam-se no comportamento individual e racional dos atores na perseguição de seus interesses.

Baseando-se nesses métodos estatísticos de frequência e análises de duração, Pichetti (2002) busca explicar o fenômeno brasileiro, utilizando um conjunto de dados da atividade grevista no Brasil de 1983-1993. Os resultados obtidos, da frequência e da duração das greves, incluindo seu relacionamento com variáveis microeconômicas, são comparados com dados de estudos utilizados nos Estados Unidos e Canadá. Busca-se assim a constatação de que há um padrão comum de resultados nesses países.

As análises micro-econômicas de greves buscam explicações baseadas em um “modelo comportamental”, capaz de prever a escolha de um agente racional, que está sujeito a um conjunto de constrangimentos e que busca a maximização de algumas funções objetivas.

No caso das relações industriais as escolhas e os objetivos dos trabalhadores se opõem aos dos empregadores. Segundo este modelo, essa oposição de interesses é o causador das disputas. Isso equivale a dizer que o modelo econômico deveria ser capaz de prever escolhas em um cenário estratégico. Esse se constitui o objetivo da crescente literatura sobre modelos econômicos de greves e teoria dos jogos, que tem produzido um grande número de resultados, particularmente no que diz respeito a teorias de negociação nos anos 1980.

Por meio de sua análise, Pichetti (2002) apresenta as principais características do modelo econômico de greves. Estas teorias buscam acima de tudo uma análise estatística pura que levem em consideração todos os elementos, incluindo instabilidades econômicas e institucionais. Segundo ele, análises envolvendo fatores econômicos no Brasil têm de ser cuidadosamente contextualizada em termos do comportamento econômico e das mudanças institucionais.

O número de greves, iniciada em cada mês, é interpretado pelo autor como uma “*variável resposta*”- adequada para analisar a contagem dos dados. As variáveis econômicas são consideradas como condicionantes das “*variáveis respostas*”. O autor explica que cada amostra utilizada corresponde a uma “*variável resposta*”, que é simplesmente o número de greves

iniciada em cada mês e um conjunto de diferentes variáveis econômicas associadas com cada mês em particular.

A análise da frequência de greves é feita de duas formas. A partir no nível macro, investigando o relacionamento entre números agregados de greve e um conjunto de fatores econômicos e institucionais e no nível micro (casos de empresas individuais, que constituem a unidade básica de negociação e disputa) focando-se na duração das greves. O autor propõe investigar se isso varia sistematicamente entre setores da economia ou por condições econômicas e institucionais.

Os resultados obtidos apontaram que a duração média das greves no setor manufatureiro canadense e dos Estados Unidos variou entre 40 e 50 dias. Os dados fornecidos para o caso brasileiro mostram que as greves nesse setor foram bem mais curtas, ou seja, que a duração varia entre 4 a 7 dias e a média de duração entre 2 a 6 dias. A discrepância nesse resultado é explicada por meio de fatores institucionais. O autor afirma que a legislação trabalhista no Brasil produziu efeitos nos conflitos. Isso certamente não contribuiu para produzir greves tão demoradas quanto em países onde a legislação não tem um efeito tão direto nas greves, como Canadá e Estados Unidos. Segundo o autor, uma importante consequência da legislação brasileira diz respeito ao papel dos sindicatos no apoio as greves. Argumenta afirmando que a relação entre a legislação brasileira proibir mais de um sindicato por categoria profissional e as fontes de financiamento sindical, contribuem para que as greves sejam mais curtas.

Assim o autor afirma que a probabilidade de uma greve resultar em demandas relativas a salários aumenta quando há avanços econômicos, o que resulta também na redução na duração das greves. Segundo o autor, altos níveis de desemprego aumentam a probabilidade de greves motivadas por demandas salariais e diminuem a possibilidade de demandas não-salariais. Outra variável associada com os ciclos de negócios são as vendas industriais, da qual um impacto positivo no número de greves foi encontrado.

Nos termos das análises de duração, os resultados obtidos apontaram para a associação entre altos níveis de desemprego e greves longas no setor industrial. Altos níveis de vendas industriais exercem um efeito negativo na duração das greves. Assim, a compatibilidade dos resultados apresentados por Pichetti (2002) com os obtidos no Canadá e Estados Unidos em termos do relacionamento entre ciclos de negócios e a duração das greves depende crucialmente do desejo de aceitar que o nível real de vendas é um “bom representante” do estado da economia.

Os resultados obtidos pelos dados estatísticos de greves no Brasil reproduzem algumas das características básicas de estudos similares usando dados para o Canadá e E.U.A. As implicações desses achados empíricos são a confirmação de que alguns padrões de comportamento entre contextos de políticas econômicas são substancialmente diversos. A natureza estratégica das greves pode ser tomada como o resultado de um comportamento racional que merece um tratamento da teoria econômica.

A grande disponibilidade dos dados, na teoria econômica de greves, ajuda a direcionar o assunto fundamental, de como controlar a heterogeneidade entre empresas e trabalhadores entre diferentes setores da atividade econômica. O autor afirma que falta, do ponto de vista teórico, que um número grande de características de negociação sejam incorporadas na análise

3.2 O grande ciclo brasileiro de greves (1978-1997)

Antes de empreendermos uma análise sobre os padrões grevistas brasileiros, julgamos necessário um panorama geral sobre as origens sobre o direito de greve.

As normas que regem todas as relações trabalhistas foram estabelecidas por decretos presidenciais e leis promulgadas entre 1930 e 1945 por Getulio Vargas, e padronizadas no último ano do Estado Novo, por meio de um conjunto de leis trabalhista intitulado CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

O direito de greve dos trabalhadores foi pela primeira vez assegurada na constituição de 1946, embora fossem estipuladas cláusulas específicas para a realização das greves por uma legislação complementar. Entretanto, passaram-se dezoito anos até que as especificações regulamentares fossem decretadas em 1964. Antes dessa data, as greves foram informalmente regulamentadas por interpretações das determinações gerais estipuladas em 1946. Em 1988, sob o impacto da redemocratização, mudanças substantivas foram introduzidas na estrutura de relações industriais corporativas do período getulista. Essas reformas instituem o direito dos trabalhadores de entrarem em greve, com certas restrições, e os funcionários públicos ganham direitos de se organizarem em sindicatos.

Greves capazes de serem reguladas por lei ou pelos próprios interessados com controle jurisdicional são somente aquelas que constituem um meio de pressão contra os

empregadores, para que negociem com os sindicatos dos trabalhadores tendo por finalidade a melhoria das condições de trabalho, que se dará por meio de convenções ou acordos coletivos. O Direito do trabalho, de um modo geral, só admite a greve de finalidade profissional, objetivando pressionar o empregador a adotar ou rever condições contratuais ou ambientais de trabalho. Assim, até a Constituição de 1988, quando o poder estatal sobre os sindicatos foi significativamente reduzido, a mais eficiente arma do Estado contra o movimento sindical era intervenção. O Estado tinha o poder de se apoderar das sedes e dos fundos sindicais sempre que o Ministério do Trabalho julgasse esse tipo de ação necessário ao bem-estar público. Por meio da intervenção o ministério do trabalho substituía os sindicalistas eleitos por pessoas indicadas pelo governo. Como afirmado por Sandoval (1994), as instituições destinadas à regulamentação e a contenção dos conflitos trabalhistas são importantes fatores na definição tanto das relações entre as classes quanto nas formas e freqüência da contenção da classe trabalhadora.

Para as análises do caso brasileiro focamos as explicações para o que Noronha (1992, 2009) de Grande Ciclo brasileiro de greves (1978-1997). O principal argumento utilizado pelo autor é de que o ciclo comportou-se de forma associada ao processo de transição para a democracia.

O argumento do autor aproxima-se a da abordagem de Korpi e Shalev (1979), a medida que valoriza os fatores políticos como determinantes deste ciclo grevista. Assim argumenta que a excepcionalidade do ciclo de greves brasileiro vincula-se a associação das características da transição democrática brasileira e da transição política do modelo desenvolvimentista cuja crise coincide com o regime militar. Ambas estiveram associadas a um ambiente macroeconômico excepcionalmente instável. Nesse sentido afirma que embora os aspectos econômico-conjunturais impuseram alguns limites à estratégia grevista, não a determinaram. Assim as flutuações do emprego, ou inflação crescente, funcionaram mais como fator restritivo do que incentivador a greve. Afirma que as variações salariais oscilaram em limites de tal maneira baixos que as demandas monetárias nunca deixaram de ser a principal reivindicação das greves, sem, contudo ser seu motor. (NORONHA, 1992)

O autor afirma que:

As duas transições também estiveram associadas a um ambiente macroeconômico excepcionalmente instável. A redemocratização brasileira ocorreu sob governos com políticas públicas bastante diversas, polêmicas, por vezes radicais gerando expectativas e oportunidades de ganhos em todas as classes e segmentos sociais. A inclusão de diversos segmentos (não só operários) no âmbito da esfera política em sentido lato (isto é, incluindo noções de cidadania e de direitos), ocorrida ao longo dos últimos vinte anos redesenhou o mapa dos "*incluídos*" em sentido amplo. Esse processo começou com a redemocratização em meados dos anos de 1970, foi surpreendentemente (na época) reforçado pelas primeiras greves de 1978 no ABC paulista e teve continuidade através das mais diversas formas de modernização do Estado Brasileiro nos vários governos subseqüentes de Sarney a Lula. (Noronha, 2009, p.134)

Corroboramos com a concepção de que o fenômeno das greves não pode ser explicado levando em consideração somente variáveis econômicas (salários, desemprego e inflação) como determinantes de um ciclo grevista. Noronha (2009) afirma assim que embora as greves do ABC paulista tivessem sido impulsionadas por campanhas salariais, estas não foram capazes de prover toda a explicação. A eclosão das greves neste período deve ser entendida pela junção de micro e macro abordagens.

Dessa forma o autor:

O histórico recente das greves no Brasil coloca problemas interessantes para o desenvolvimento de uma teoria da ação coletiva ou particularmente das greves capaz de conciliar micro e macro abordagens. No Brasil o fenômeno das greves atingiu níveis bastante altos, num país de baixa tradição grevista e sindical anteriores, num momento de grandes transformações políticas e de fortes variações dos indicadores econômicos. As explicações macro-política e sócio-econômicas para este ciclo (a transição para a democracia associada à crise do modelo desenvolvimentista em um país em franca expansão da industrialização, da urbanização e da expansão do emprego público) concorrem com explicações econômicas (as variações dos salários, do emprego e da inflação), as quais fundamentam-se no comportamento racional e individual dos atores na busca da maximização dos seus interesses. Essa é, por exemplo, a lógica que explica a capacidade inibidora de greves do desemprego. (Noronha, 2009, p.159)

Diferentemente da maioria dos países europeus, dos quais a década de 1980 e 1990 marcou uma redução nas taxas de sindicalização e de greves, o Brasil presenciou um *boom* de greves sem precedentes em sua história. A partir de 1978, assistiu-se a deflagração crescente de greves nas mais diversas categorias e regiões do país. Estas espalharam-se rapidamente do ABC paulista, para o resto do país, revelando um potencial de conflito encoberto por anos de regime militar. A partir de então o Brasil tornou-se um país com um dos maiores índices de greves (graças a seu *volume*), o que, segundo Noronha (2009), representou uma ruptura com seu histórico de conflitos de trabalho.

O autor afirma também que a redemocratização brasileira ocorreu sob governos com políticas públicas bastante diversas, o que gerou expectativas e oportunidades de ganhos em todas as classes sociais.

O autor afirma que:

As duas transições também estiveram associadas a um ambiente macroeconômico excepcionalmente instável. A redemocratização brasileira ocorreu sob governos com políticas públicas bastante diversas, polêmicas, por vezes radicais gerando expectativas e oportunidades de ganhos em todas as classes e segmentos sociais. A inclusão de diversos segmentos (não só operários) no âmbito da esfera política em sentido lato (isto é, incluindo noções de cidadania e de direitos), ocorrida ao longo dos últimos vinte anos redesenhou o mapa dos "*includos*" em sentido amplo. Esse processo começou com a redemocratização em meados dos anos de 1970, foi surpreendentemente (na época) reforçado pelas primeiras greves de 1978 no ABC paulista e teve continuidade através das mais diversas formas de modernização do Estado Brasileiro nos vários governos subseqüentes de Sarney a Lula. (Noronha, 2009, p.134)

Corroboramos com o autor ao afirmar que a década de 1970 representou uma ruptura da história das relações de trabalho no Brasil em vários sentidos. Primeiramente entre governo e sindicatos muda completamente, à medida que rompe-se com a tradição populista, da qual a relação entre sindicato e governo era ambígua. A segunda importante ruptura nas relações de trabalho destacada pelo autor refere-se às alterações do sistema partidário durante a transição política.

Nesse sentido o autor afirma:

O MDB cindiu-se em dois partidos cada um deles enfatizando temas diferentes da pauta da transição e tendo assim funções claramente separadas na transição política. Ao PMDB coube a chefia do processo de transição política para a democracia e ao PT coube o papel de representante dos interesses sindicais. A forma como o PT se excluiu e foi excluído da aliança que efetivou a transição para a democracia impediu qualquer possibilidade de pactos consistentes entre sindicatos e governo sobre temas trabalhistas. (Noronha, 2009, p.187)

E por último a própria natureza do processo de transição política para a democracia que se deu depois de um longo período de regime militar o que implicou em mudanças na lógica da ação coletiva. Ressaltamos que essas rupturas, atrelada a indicadores econômicos (a inflação passa a ser crescente depois da década de 1970) favoreceram a eclosão dos conflitos. Defendemos assim que é a partir dessa conjunção de variáveis que eclodiu no Brasil o primeiro longo ciclo de greves.

Nos anos inaugurais do ciclo (após 1978 com as greves do ABC Paulista) as paralisações se revelaram um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas ao longo do regime militar, e consolidação de lideranças sindicais (Noronha e Gebrin, 1998). Embora as greves não tenham sido o único canal de manifestação dos movimentos sociais, foi certamente a estratégia privilegiada de ação sindical nos anos iniciais do ciclo.

Assim como o autor, optamos por dividir o ciclo grevista em três períodos distintos, que marcam diferentes níveis de conflito. O primeiro período das greves inaugurais de 1978 a 1984, que marcam a fase de expansão do ciclo; de 1985-1992 caracterizado pela explosão das demandas e o período de 1993-1997, de declínio do ciclo. Assim, um panorama acerca das principais transformações na atividade grevista destes anos faz-se necessária.

O período compreendido entre 1978-1984 caracteriza-se pela recuperação da função de defesa dos salários, e pela consolidação da estratégia grevista como uma das formas de reconquista da cidadania política. Esse período contém três fases distintas. A primeira fase (1978-1979), que marca a realização de importantes greves, que se concentram no setor privado e definem as características da atuação sindical que marcaram esse período.

Defendemos que essas greves tinham um caráter inaugural a medida que o êxito de suas estratégias fizeram com que a prática grevista fosse incorporada por setores não

tradicionalmente grevistas. Em 1978 o conflito esteve fortemente concentrado entre os trabalhadores do ABC paulista, espalhando-se a partir do ano seguinte por outros estados e categorias do setor privado, como trabalhadores da construção civil, professores, médicos.

Os anos seguintes (1980-1982) marcam uma retração do movimento paredista em detrimento de uma desfavorável conjuntura política e econômica caracterizada por um período de recessão e aumento do desemprego. O período subsequente (1983-1984) é marcado por greves menos sujeitas a repressão, a medida que os governadores eleitos pelo voto direto buscavam legitimação enquanto lideranças democráticas. A partir do início do governo Sarney, em 1985, a repressão a greve diminuiu consideravelmente o que, segundo Noronha (2009) apontava para uma liberalização da lei da greve.

O autor afirma que:

No período 1978-84, a afirmação do direito sindical de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores realizava-se em duas frentes de conflito: (1) trabalhadores e empresários e (2) trabalhadores e governo. A partir de 1985, o conflito passou a ser, fundamentalmente, entre cada sindicato de empregados e as empresas ou sindicatos patronais. Foi nesses anos finais do governo Figueiredo que as greves se tornaram corriqueiras, cotidianas. Para as lideranças o risco político de deflagrar greves foi consideravelmente reduzido. (Noronha, 2009, p. 156)

As fracassadas tentativas de estabilização inflacionária a partir de 1987, agravaram o conflito distributivo na arena privada. A crise financeira fez também com que houvesse uma radicalização das negociações do setor público.

Como apontado pelo autor o ano de 1989 é marcado pela eclosão de um número elevado de conflitos e de JNTs⁷.

No primeiro semestre de 1989, a ausência de regras para reajustes salariais, a proximidade das eleições presidenciais e ameaça da hiperinflação elevaram os conflitos trabalhistas a níveis inéditos em ambos os setores, privado e público – mais de 2 mil greves e cerca de 185 milhões de jornadas não trabalhadas. (Noronha, 2009, p. 160)

⁷ Jornadas não trabalhadas (*working-day-lost*) é o indicador mais sintético das greves. Trata-se da somatória da multiplicação do número de trabalhadores de cada greve pelo número de dias parados dessa mesma greve num determinado período de tempo – neste artigo todos os resultados estão atualizados. Assim, para uma greve com 50 trabalhadores com três dias de duração são contabilizadas 150 jornadas não trabalhadas (JNT) e uma greve com duração de 2 horas (1/4 de dia) com 2000 trabalhadores são contabilizadas 1000 JNT. Os outros indicadores utilizados neste artigo são: Nº de greves, Nº de trabalhadores, e Média de dias parados. Utilizamos o termo "volume" quando nos referimos tanto ao número de greves quanto às JNT.

As estatísticas referentes a década de 1990 apontam para uma ruptura com o período anterior. As políticas dos governos Itamar, Collor e FHC mudaram a sinalização para o movimento sindical brasileiro. Noronha (2009) afirma que a abertura econômica e suas conseqüências para os ajustes das empresas apontavam para taxas crescentes de desemprego e controle inflacionário, acarretando em negociações mais pragmáticas por parte dos trabalhadores do setor público que reduziram o número de dias parados. A mesma tendência declinante das greves foi observada também no setor privado. O autor aponta a inflação e o crescente desemprego como os principais indicadores econômicos responsáveis pela queda nos índices de greves a partir de 1994.

Noronha (2009) afirma assim que:

Uma rápida caracterização dos conflitos no Brasil indica que, para os padrões internacionais, o Brasil dos anos 80 foi um país com um *número* relativamente baixo de greves (quando ponderado pela sua força de trabalho), mas com *médias de grevistas* relativamente altas no setores de serviços e comércio (e média-baixa no setor industrial) e *alta duração das greves* (ainda mais acentuada no setor público), o que o transformou em um dos países com uma das maiores médias anuais (também ponderada pela força de trabalho) de jornadas não trabalhadas em função de greves. (Noronha, 2009, p.161).

E também que:

Ou seja, as duas mil greves do auge dos anos 80 não são excessivas se levarmos em conta o tamanho da força de trabalho brasileira. Mas, a média anual superior a 90 milhões de jornadas não trabalhadas no Período 1985-89 o são – Gráfico 6. Contudo, é preciso notar que a "*pole-position*" brasileira em número de jornadas não trabalhadas deve-se fundamentalmente ao setor público. Na área privada, o Brasil está num nível intermediário nas comparações internacionais - embora também nesse setor as greves brasileiras se caracterizem por serem relativamente longas. (Noronha, 1992, p.56)

3.2.1 Diferenças entre setor público e privado

Os dados apontados por Noronha (1992) indicam que ao longo do ciclo de greves o comportamento das greves diferenciou-se claramente entre o setor público e o setor privado. A diferença é expressa nas formas de organização e pela maneira diferenciada que a política e a economia afetou essas esferas. O autor destaca que certamente a elevação das taxas de desemprego tiveram um maior peso nos trabalhadores das empresas privadas (pois as políticas salariais validas para o setor privado nem sempre foram aplicadas para o setor público), dada a própria autonomia das esferas de governo.

As greves no grande ciclo demonstram comportamentos distintos entre setor público e privado, sendo que o último foi responsável pela maior parte das paralisações, mas por um número inferior de JNT. O setor público por sua vez foi responsável por 70% das jornadas não trabalhadas (NORONHA, 1992). Segundo o autor, tratou-se de um padrão que foi desenhado durante todo o período do ciclo e consolidado a partir do primeiro ano do governo Sarney.

Este padrão deve-se em parte ao fato de que as paralisações dos servidores públicos são mais longas e abrangentes, o que por sua vez está ligado a um conjunto de características que dizem respeito à organização, a composição da força de trabalho, as diferenças setoriais na forma como se estabeleceram as relações trabalhistas durante a transição e por último a forma com que cada setor enfrentou e reagiu a crise econômica e a crise inflacionária de 1985.

Assim afirma que:

Há indícios de que em alguns segmentos do setor privado realizou-se razoável adaptação a taxas de inflação superiores a 100% ao ano, enquanto no setor público uma conjunção de fatores impediu tal adaptação: as negociações e os aumentos salariais foram dificultados pela crise fiscal do Estado, pelas políticas de congelamento de preços e salários e pelo fato de o empregador público servir como “exemplo” ao setor privado nos períodos de congelamento de salários. (Noronha, 1992, p.64)

Quanto aos aspectos organizacionais, Noronha (1992) destaca primeiramente que:

O tipo de vínculo empregatício dos servidores públicos, com poucos empregadores, leva a que as pautas de reivindicação sejam unificadas para um grande número de trabalhadores. Segundo ele, são razoavelmente comuns as greves convocando todos os servidores federais da administração direta, ou o conjunto de funcionários de um Estado, ou ainda todos os professores de uma rede pública estadual ou municipal. Além disso, a ausência do direito de sindicalização dos servidores públicos reforçou a unificação das campanhas sindicais e a criação de associações bastante abrangentes, escapando ao padrão municipal da estrutura sindical brasileira vigente para os trabalhadores das empresas privadas. (Noronha, 1992, p. 54)

O autor afirma que no setor privado, apesar dos esforços dos líderes sindicais, especialmente da CUT, em reverter o padrão descentralizado, deflagrando greves de categorias, a estrutura sindical dificulta essa estratégia. Segundo ele, se os trabalhadores, através da criação de organizações paralelas (as centrais sindicais) tendem a reverter a fragmentação organizacional e das negociações, do lado empresarial.

Assim a maior estabilidade do emprego no serviço público, decorrente tanto do caráter social do serviço- menos sujeito as flutuações econômicas – como da estabilidade, definida estatutariamente, diminui os riscos de demissões durante as greves longas. Embora, segundo Noronha (1992) as lideranças serem a princípio, mais sujeitas aos cortes seletivos, já que os direitos de associações não gozam da garantia do emprego dos dirigentes sindicais.

O autor afirma que acredita que, do grau de centralização decisória ou da estrutura sindical, as características organizacionais dos setores públicos e privados são fortes determinantes dos padrões diferenciados das greves e das escolhas táticas dos sindicatos.

Quanto às características da força de trabalho o autor afirma que as greves do setor privado são basicamente de trabalhadores da indústria, ao passo que no setor público são movimentos assalariados de classe média. No setor industrial, a comparação dos setores público ou privado revelam que as médias de dias parados entre 1983 e 1987 foram semelhantes e significativamente mais baixas se comparadas aos segmentos assalariados da classe média (NORONHA, 1992).

O autor afirma que:

As diferenças apontadas entre o setor industrial e os movimentos assalariados da classe média, conduzem a hipótese de que os níveis salariais desses segmentos delimitam capacidades diferenciadas de sustentação de greves longas. Isto é, para os trabalhadores industriais – o risco de uma greve longa, com descontos das horas paradas, funcionam como fortes constrangimentos. A importância das campanhas de fundo de greve no ABC entre final e início da década de 70 são um bom exemplo disso. (Noronha, 1992, p.56)

O autor afirma assim que acredita que esses índices são ainda mais fortemente marcados pelas características gerais das relações trabalhistas praticadas em cada setor durante o processo de reorganização das atividades sindicais no pós-68.

Afirma assim que a história do movimento sindical indica que a primeira ou as primeiras mobilizações de uma determinada categoria apresentam um grau de radicalização que tende a diminuir com o fortalecimento das organizações sindicais de trabalhadores, quando este é acompanhado da criação de mecanismos eficazes de mediação de conflitos e pelo reconhecimento empresarial da legitimidade da representação sindical.

Noronha (1992) mostra que, ao contrario do que se afirma, os metalúrgicos estão entre as categorias com índices relativamente baixos de média de dias parados. A evolução desse índice no ABC entre 1978 a 1984 apresentou clara tendência a queda, voltando a crescer em níveis menores entre 1985 e 1986 e caiu ligeiramente em 1987. Entre os metalúrgicos do município de São Paulo, o autor mostra que a cura de medias tem um comportamento incerto a partir de 1982, e então passa a flutuar muito próximo do ABC (NORONHA, 1992).

O autor conclui a explicação afirmando:

A elevada duração das greves de diversas categorias dos setor privado e principalmente do setor público e além disso, a maneira relativamente errática como flutuaram, sem definirem tendências, retratam a novidade, apegados a concepções conservadoras e despreparados para negociações rápidas. Nesse sentido, a radicalidade das greves não deriva simplesmente de um conflito econômico, da inexistência ou do mal funcionamento de 'bargaining institution', mas de um conflito político, no sentido de que cada um dos atores (empregados e empregadores) questionam a legitimidade de seu interlocutor. (Noronha, 2009, p. 63)

Noronha (1992) encontra também evidências de uma alteração da predominância das categorias grevistas. As paralisações começaram no setor privado ou, por outro ângulo, industrial e, ao longo do tempo, passaram a ser mais expressivas nos setores públicos ou de serviços. Assim, argumenta que não se trata de um deslocamento do conflito de um segmento para outro, mas sim no peso relativo de cada um. Em 1978 as greves estiveram fortemente concentradas no setor industrial, ou melhor, na área metalúrgica do ABC, mas rapidamente no ano seguinte espalharam-se para outros municípios, estados e outras categorias do setor privado. Esses anos representaram o nascimento e a generalização das greves para algumas categorias que continuam sendo as principais.

3.2.2 Salários na determinação do conflito trabalhista brasileiro.

Na análise dos determinantes microeconômicos de greves (salários, inflação e desemprego), deve-se ressaltar a diferença entre as reivindicações das greves e os temas que motivam as greves. Não podemos intuir assim de que as greves variam em decorrência dos temas de sua pauta. Isso se mostrou particularmente verdadeiro pro Brasil, de modo que, como constatou Noronha (1992), dizer que as greves de 1978 foram impulsionadas por questões salariais não auxiliam a explicação do porque houve redução ou expansão no número de greves e de grevistas.

Assim, segundo o autor, dizer que a maior parte das reivindicações serem salariais não significa intuir que os salários, ou a variação do salário real expliquem a redução ou expansão do conflito. O autor defende que salários reais crescentes ou declinantes podem ambos motivar as greves. Segundo ele, as greves no Brasil ocorrem não quando os salários são considerados altos ou baixos, mas sim quando as lideranças sindicais reconhecem momentos oportunos para a obtenção de ganho.

Algumas considerações necessitam ser feitas. Primeiro que devemos considerar a distinção entre os sindicalistas da base dos sindicatos, à medida que seus interesses não são os mesmos. Em segundo a dificuldade analítica em mensurar se um momento é oportuno ou não para a eclosão de greves. Isso dependerá basicamente do quão a opinião pública é favorável ou não as greves e da agenda política dos governos ao longo do período.

Nesse sentido o autor afirma que:

A explicação política proposta sugere que, em determinados momentos, a opinião pública favorece as ações coletivas, tornando todas as categorias de trabalhadores, independentemente de suas condições específicas de salários ou de competição por postos de trabalho mais propensas a promoverem ou aderirem as greves. A agenda que marcou cada um dos governos ao longo de 30 anos é o elemento-chave para o entendimento da propensão maior ou menos das lideranças para convocar greves e dos trabalhadores a aderir a elas. (Noronha, 2009, p.160)

Assim, a eclosão das greves é também fortemente determinada pelas percepções de injustiças e de que o momento é oportuno para a obtenção de ganhos. O argumento de Noronha (2009) é o de que a dispersão sindical e a baixa capacidade das centrais sindicais de coordenar as negociações fazem com que os sindicatos passem a agir isoladamente, aproveitando os momentos favoráveis para a obtenção de ganhos. Assim, as lideranças sindicais não fazem greves quando os salários são considerados adequados ou baixos, mas sim quando percebem a oportunidade de que eles possam subir.

De forma contrária ao argumento acima, Almeida (1996) afirma que:

Os ganhos salariais são justamente o resultado das greves. A autora defende que “os dados disponíveis não permitem uma análise acurada dos ganhos salariais resultantes do movimento grevista. Entretanto, parece razoável supor que ele tenha sido responsável por pelo menos parte da elevação dos salários reais verificada no período. [...] o índice de rendimentos reais dos trabalhadores do mercado formal - com carteira de trabalho assinada conforme a lei -, em 1985, elevou-se de 98 no mês de janeiro para 139,73 em dezembro, ao contrário do que supunha o Dieese e afirmavam as lideranças sindicais. O aumento foi menor, mas igualmente positivo para os trabalhadores sem carteira assinada, cujos rendimentos reais saltaram de 99,2 em janeiro para 130,48 no último mês do ano. Estratégia bem sucedida, do ponto de vista dos sindicatos, a exacerbação do conflito grevista, e por meio dele das demandas salariais, fazia a ciranda inflacionária girar mais rápido. (Almeida, 1993,p.70)

Ressaltou-se que as greves no ciclo foram acirradas pelas perdas salariais e pela contínua aceleração inflacionária. As políticas salariais restritivas do regime militar não foram revertidas pelo governo Sarney.

Afirma que salários são a principal reivindicação das greves. Exatamente por isso um período de expansão salarial pode também incentivar demandas. Assim ocorreu com o plano cruzado em 1986

Ao mesmo tempo que incorporava a classe trabalhadora, a transição se realizou num período de crise econômica, cuja administração se deu através dos planos não pactuados (pacotes) que introduziram do ponto de vista das relações trabalhistas dois importantes elementos: a imprevisibilidade da política e dos indicadores econômicos e um conflito distributivo entre empregados e empregadores que em certos casos se transformava em aliança contra os planos do governo federal, especialmente por introduzirem congelamento ou controle de preços e salários. Havia portanto uma sinalização dupla do conflito: uma luta interna entre atores privados (empregados e empregadores) e outra luta espalhada de alianças estáveis, entre, de um lado, diversos atores sociais e, de outro, o executivo e seus representantes no congresso. (Noronha, 1992, p.140)

Concluimos que o tema salários no Brasil foi altamente politizado pela junção de forte controle estatal e a instabilidade das políticas salariais. Neste sentido, o conflito no Brasil flutuou mais em função das políticas salariais com seus diversos aspectos do que em função propriamente das variações salariais. Assim o autor afirma que de todo modo as perdas salariais do ciclo de greves, certamente impulsionaram as demandas e talvez em maior medida no setor público. (NORONHA, 1992).

Assim corroboramos com a visão de Noronha da qual uma transição pelo alto “transada” (O’Donnell, 1988), mas que expandiu a participação democrática e cumulativamente acrescentou temas a agenda política. Um dos mecanismos de expressão de conflito foi o processo eleitoral (Lamonier, 1988), e o outro foram as greves.

Noronha (1992) conclui assim que do ponto de vista das relações trabalhistas “foi uma transição sob greves”. Primeiro porque essas foram a forma básica pela qual deu origem as novas lideranças e o recurso pelo qual elas reconstruíram suas organizações, ganharam visibilidade social e legitimidade frente as bases.

3.2.3 Mudanças nas taxas de sindicalização e greves 1980 e 1990.

Nesta seção buscamos destacar algumas características que marcam o padrão diferenciado de conflito trabalhista da década de 1980 para a década de 1990. Entre elas queda nas taxas de sindicalização e de greves (em comparação com a década anterior) e um maior papel da Justiça do Trabalho nos acordos coletivos. Há uma extensa literatura que dedicou-se a analisar as causas das quedas nas taxas de sindicalização, muitos, como Cardoso (2003), falam em “crise” do sindicalismo na década de 1990 frente a um contexto de políticas neoliberais particularmente ostensivas a atuação sindical. Outros como Jardim (2007) buscam explicações relacionando Sindicatos e Mercados Financeiros. Todos estes contribuem para entender os principais contornos políticos e econômicos que marcam a década de 1990 no Brasil.

Pochmann (1998) a década de 1990 é marcada por quedas nos números de paralisações e de JNTs (Jornadas Não Trabalhadas) para ambos os setores, público e privado, queda nas taxas de sindicalização⁸ e também uma maior atuação da Justiça do Trabalho na resolução de acordos ou dissídios coletivos, o que pode indicar que houve maiores dificuldades na solução dos conflitos no nível da fábrica. Nos anos 1980, segundo Jardim (2007) a preocupação do movimento sindical era com as questões econômicas e salariais, na década seguinte ela foi substituída pela garantia de emprego e pelo combate ao desemprego. Posto isso, pode-se afirmar que a estratégia de ação dos sindicatos nos anos 1990 mudou frente à década anterior, passando a constar na agenda sindical:

Além da defesa do emprego, a participação nos resultados, a mudança na gestão e organização do trabalho, com inovação contínua, trabalho em grupo, logística, desverticalização/tercerização, manufatura celular e a flexibilização da jornada. Isso se deu devido à realidade de um processo produtivo reestruturado, o qual levou (e tem levado) a precarização nas relações de trabalho. Da mesma forma tem forçado os sindicatos a rever suas estratégias. Assim emerge nos anos 1990 uma nova relação entre capital e trabalho no ABC paulista, cuja pauta central é o desemprego. (Jardim, 2007, p.33).

⁸ Ver Pochmann (1998)

Pochmann (1998) destaca cinco características que na década de 1990, segundo ele, reverterem o padrão de atuação sindical marcada pelo “*novo sindicalismo*” dos anos oitenta. Sequencialmente, a queda no número de greves, a crescente participação da justiça nas relações trabalhistas, a diminuição das taxas de sindicalização, a descentralização das negociações coletivas e estancamento das cláusulas nos acordos coletivos do trabalho e, por último, a maior participação dos sindicatos nos fóruns de políticas públicas. Outro ponto importante que merece destaque é a queda nas taxas de sindicalização na década de 1990. Para o autor esse movimento de desindicalização reflete uma situação geral das entidades de representação de interesses dos trabalhadores. Embora possam ser identificados casos de sindicatos que ampliaram o número de sindicalizados na década, isso não se aplica à maioria.

O autor mostra também que as demandas relativas a reajustes salariais representam, em médias mais de 74,3% do total nas greves do período de 1985-1987, enquanto o não cumprimento de leis ou acordos coletivos respondeu por 23% das pautas. Segundo Cardoso (2003), a década de 1990 mostra que as demandas por aumentos salariais são substituídas principalmente por aquelas relativas a direitos convencionais ou legais, seguidas de reivindicações quanto a condições e jornadas de trabalho (Cardoso, 2003, pp. 175).

Os dados apresentados por Cardoso (2003), quanto às pautas das reivindicações das greves na década de 1990 evidenciam um aumento de demandas por direitos e um recuo nas demandas referentes à remuneração ao longo da década, principalmente depois de 1994. O autor afirma que aumenta, entre o segmento grevista, a proporção dos que consideram que direitos trabalhistas estão sendo burlados, principalmente depois de 1994. Tais dados corroboram com a hipótese de que as demandas referentes a reajuste salarial estão em segundo plano nas paralisações na década de 1990, em comparação à década anterior.

Os dados apresentados por Noronha (2009) mostram que no Brasil as greves sofrem variações anuais expressivas. Da mesma forma, registraram-se variações expressivas também quanto a setores de uma mesma categoria. E com o passar do tempo, principalmente de 1997 até o final da década, as diferenças entre os setores diminuem.

Jardim (2007) afirma que esta década é marcada pela abertura econômica, a reestruturação produtiva e a política de privatização, o que coloca os sindicatos diante de uma complexa situação, que inclui desemprego e “*precarização*” da mão de obra.

Neste contexto, destacamos, também, os efeitos ocorridos no mundo do trabalho, como a queda nas taxas de sindicalização e de greves (estratégia privilegiada de ação dos sindicatos nos anos 1980⁹). Tal situação se coloca em contraposição a década anterior, marcada pelo crescimento do movimento sindical brasileiro¹⁰, e com a criação de centrais sindicais que passariam a coordenar nacionalmente as ações dos trabalhadores, dentre elas a CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983.

Jardim (2007) afirma que nos anos oitenta, o movimento sindical beneficiou-se de um período de transição política para a democracia e de um contexto econômico de alta inflação, organizando um grande número de greves no período de 1984 e 1987. Cabe ressaltar também que os sindicatos gozavam de ampla aceitação da opinião pública, que se mostrava altamente favorável a eles (Cardoso, 2003).

Segundo o autor, a eclosão sem precedentes das greves em 1978 estava ligada ao pacto de transição política para a democracia e da transição do modelo desenvolvimentista cuja crise coincide com a do regime militar (Noronha, 2009). Neste contexto, as greves se consolidam como a estratégia privilegiada de ação sindical, revelando um potencial de conflitos até então encoberto pela ditadura militar, em que as greves se tornavam o meio mais eficaz de reivindicação por direitos trabalhistas, fazendo com o Brasil mostrasse ser campeão no número de greves e um caso *sui generis* em toda a história de greves dos países capitalistas ocidentais.

Para o caso brasileiro destacamos também o comportamento diferenciado dos trabalhadores do setor público e privado e os motivos que explicam a retração ou a expansão das greves em ambos os setores. Noronha (2009) afirma, contudo, que as greves no Brasil apresentam, como na maior parte dos países, um comportamento cíclico de médio e longo prazo, e não aleatório com oscilações abruptas de um ou poucos anos.

⁹ Segundo Noronha (1992) as greves da década de 1970 e 1980 representam um misto de demandas trabalhistas, descontentamento social ou político, explosão de demandas reprimidas durante os anos de regime ditatorial e estratégias de consolidação de lideranças sindicais. As greves se concentraram na área metalúrgica do ABC paulista e foram se espalhando por outros municípios, estados e outras categorias do setor privado. Segundo relata Noronha (1992) o país passou a se situar entre aqueles com maiores taxas de greve, especialmente na esfera pública onde, segundo Rodrigues (2002) se instaurou o “novo sindicalismo”.

¹⁰ Segundo Cardoso (2003) o número de sindicatos cresceu perto de 50% do final dos anos 1970 até 1989.

Destacamos o comportamento diferenciado dos trabalhadores dos setores público e privado e as razões que explicam a expansão ou retração de greves de determinados segmentos. Além disso, argumentamos que as greves brasileiras apresentam, como na maior parte dos países, um comportamento cíclico de médio ou longo-prazo, e não aleatório ou com oscilações abruptas segundo conjunturas políticas e econômicas de um ou de poucos anos. (Noronha, 2009, 121)

Noronha (2009) afirma que a pauta sindical mudou completamente a partir do governo Fernando H. Cardoso. Até a Constituição de 1988, a opinião pública foi majoritariamente favorável a expansão dos direitos do trabalho. A idéia de dívida social do regime militar facilitou a estratégia sindical de expansão dos direitos do trabalho através da Constituição. Noronha (2009) afirma que desde a constituição de 1988 não houve nenhuma alteração legislativa da CLT, nem houveram emendas que mudassem o sistema de relações de trabalho no Brasil, seja no âmbito dos direitos coletivos ou individuais do trabalho.

O autor afirma que:

Os direitos constitucionais foram mantidos. Mas, não foram solucionadas as pendências da Constituição. Aquilo que exigia legislação complementar continuou em suspenso ou receberam formulações contestáveis (a proteção contra a dispensa imotivada transformada no aumento da multa indenizatória, por exemplo. Mas, durante a década de 1990 a sinalização na área trabalhista se inverteu. Até o final dos anos 80 predominava a idéia de ampliação dos direitos do trabalho através da lei. Na década seguinte e principalmente durante os governos FHC predominou a idéia de *desregulamentação*, com tudo que existe de vago e impreciso nesse termo. (Noronha, 2009, p.139)

Podemos concluir afirmando que as variáveis econômicas como salários, taxas de desemprego, inflação afetaram ano a ano o nível e a forma das greves no início do grande ciclo. Afirmamos também que na produção acadêmica sobre o tema frequentemente buscou-se estabelecer correlações entre fluxos de greves e ciclos econômicos ou mesmo com indicadores específicos tais como taxas de emprego, inflação e salários. Mas o debate internacional sobre a causalidade entre essas variáveis é grande e ambas explicações concluem para o fato de que os indicadores parecem operar diferentemente em diferentes países.

Como ressaltamos ao longo da pesquisa, podemos identificar dois níveis analíticos: primeiro considerando greves enquanto uma variável independente, ou seja, quando os efeitos externos de ciclos econômicos afetam e redefinem ciclos grevistas e enquanto uma variável dependente, ou seja quanto aos efeitos dessas variáveis dentro de um ciclo. Por fim podemos afirmar também que nos anos iniciais do ciclo grevista brasileiro houve uma relação inversamente proporcional entre greves e desemprego, principalmente a partir de 1985 quando o desemprego atingiu altos níveis, coincidindo com queda das greves. A subsequente recuperação econômica foi acompanhada pela retomada do crescimento das greves.

3.3 O papel do Estado na resolução das disputas (Salvador Sandoval)

Os trabalhos de Sandoval (1994) têm por finalidade analisar as características da participação política dos trabalhadores por meio das ações grevistas, explorando a importância dos processos políticos, econômicos e organizacionais na ocorrência das greves. As ondas de greves gerais que se iniciam na década de 1980 indicam não apenas as respostas dos trabalhadores às advindas crises políticas e econômicas, como a acentuada militância e organização da classe trabalhadora. Ao analisar as diversas perspectivas para o estudo do fenômeno afirma que a abordagem político organizacional, que vê as greves como forma de luta pelo poder e por melhorias econômicas, fornece o quadro conceitual mais adequado para a análise do conflito industrial em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Em seu estudo Sandoval (1994), procura atingir três objetivos gerais: busca primeiramente apresentar uma visão geral e uma descrição quantitativa das greves brasileiras para que seja demonstrado com precisão como o conflito se apresentou nos últimos anos. Em segundo lugar, busca examinar os modelos das paralisações trabalhistas de forma que se analisem as características da participação política dos trabalhadores por meio das ações grevistas, e em terceiro lugar, busca explorar a importância dos processos políticos, econômicos e organizacionais na ocorrência da atividade grevista.

A análise do autor enfatiza as diversas lutas enfrentadas pela classe trabalhadora definindo a greve enquanto um instrumento de pressão contra as elites econômicas e políticas. Para tanto, utiliza como data inicial o ano de 1945, pelo fato de ser uma data que marcou o início de uma era de governos civis. Em segundo, pelo fato de que as leis trabalhistas que em grande parte regulamentam as relações entre o governo e os trabalhadores foram criadas no início da década de 40, e só recentemente modificadas pela constituição de 1988. Em terceiro lugar, pelo fato de que a era que se seguiu a Segunda Grande Guerra representa uma fase de acelerado crescimento econômico na história nacional, que a distingue dos períodos anteriores.

Nos anos 1980, os padrões grevistas refletiam o período de transição política do governo militar para o governo civil sob condições de instabilidade econômica, além dos principais aumentos dos conflitos trabalhistas, novos segmentos da classe trabalhadora preferiam essa forma de ação coletiva como forma de pressionar as elites econômicas e políticas.

Como afirmado, de um modo geral, as greves no Brasil cresceram em frequência e intensidade no período compreendido entre 1945 a 1963, os anos imediatamente posteriores a Segunda Grande Guerra, exibiram consideráveis flutuações anuais na curva de greves, mas estas retomaram gradualmente um crescimento mais acentuado na segunda metade da década de 1950, atingindo seu pico em meados de 1963. Durante o mesmo período pode-se afirmar que os padrões grevistas sofreram consideráveis mudanças em termos de forma e organização, intimamente relacionadas com as alterações no poder político.

Ao analisar a distribuição geográfica das greves e das mudanças na composição ocupacional dos grevistas durante o período de 1945 a 1980, afirma que houve uma importante mudança na composição ocupacional das greves. Para ele a alteração da distribuição ocupacional dos grevistas seguiu de perto as transformações estruturais da economia, contudo tais mudanças na atividade grevista não foram basicamente devidas aos fatores estruturais, mas se apresentaram como conseqüências do processo político. Cabe, no entanto questionar até que ponto o caso brasileiro pode ser considerado atípico, tomando como parâmetros comparativos os indicadores de greves de outros países.

O autor afirma também que:

Em decorrência da severa repressão, houve um declínio dramático das greves, por volta de 1969 a declarada atividade grevista havia cessado totalmente, embora os trabalhadores tivessem levado suas lutas para o interior das fábricas por meio de esporádicas ações coletivas localizadas, uma vez que, como citado acima, não se pode contar com dados quantitativos confiáveis acerca das greves desse período. (Sandoval, 1994:152)

Nesse sentido o autor afirma também que a década de 1980 foi marcada por freqüentes ondas de greves gerais que indicam não apenas as respostas dos trabalhadores às advindas crises políticas e econômicas, como a acentuada militância e organização da classe trabalhadora. Sandoval (1994), ao analisar diversas perspectivas para o estudo do fenômeno afirma que a abordagem político organizacional que vê as greves como forma de luta pelo poder e por melhorias econômicas, fornece o quadro conceitual mais adequado para a análise do conflito industrial em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Pode-se brevemente concluir que as diversas transformações na sociedade ocidental moderna definiram ou alteraram significativamente a greve, seja o seu volume, o peso

de cada segmento grevista ou as razões de sua eclosão. As primeiras greves que nasceram com o desenvolvimento industrial e tiveram origem no conflito capital-trabalho, tinham como marca principal a *resistência* às modificações que o mundo da fábrica operava no processo de trabalho e nas relações de produção. No entanto, ao longo do século XX, o aumento da complexidade das relações de produção, das relações sociais e de poder, colocou em cheque os modelos teóricos da sociologia e da ciência política.

Esse conjunto de temas sobre as alterações mais gerais na sociedade capitalista moderna, certamente influenciou na evolução do conflito trabalhista brasileiro, o que permite uma síntese acerca das diferentes explicações sobre o andamento quantitativo das greves, das quais por muito tempo variáveis econômicas, tais como índice de desemprego, de inflação e relações entre salário e rendas, foram considerados os principais fatores que explicam o andamento descontínuo das greves. Porém, a partir dos anos 80, devem ser acrescentadas também variáveis políticas ou sindicais, tais como a presença de partidos da classe operária, grau de sindicalização e o grau de concentração das relações industriais.

3.3.1 greves e flutuações econômicas

Segundo afirmado por Sandoval (1994) a capacidade dos trabalhadores de entrarem em greve depende tanto de fatores econômicos, tais como salários, inflação, taxas de desemprego, como de fatores políticos. O autor afirma, contudo que as flutuações a curto prazo das greves são geradas por condições econômicas mediadas por fatores políticos e que padrões de longo prazo dependem mais de mudanças no alinhamento do poder dentro da sociedade organizada.

O foco de sua análise consiste em mostrar que as relações gerais entre a atividade econômica e o conflito industrial devem ser feita a luz da dinâmica política. O autor conclui afirmando o que outros estudos desta pesquisa apontaram, de que as combinações de fatores econômicos em conjunturas políticas específicas permeiam o conflito grevista.

Os dados analisados pelo autor no período de 1945 a 1963 mostram que a variação do salário real não seguiu de perto o crescimento ou a redução das greves. Frente a acentuada queda nos índices grevistas de 1946 e 1947 o autor afirma que esses anos não foram economicamente conturbados, sendo que o Brasil saiu da Segunda Guerra Mundial com uma das maiores reservas de divisas, assim a acentuada queda nas atividades grevistas não deveu-se a

problemas de crescimento, ou crise econômica. O autor afirma também que os salários médios também não explicam a redução das greves nesse período, uma vez que os salários sofreram também um declínio. O autor explica essa redução pelo aumento da repressão do governo Dutra, que visando diminuir a influência do partido comunista no movimento sindical, através de uma maior intervenção governamental nos sindicatos (Sandoval, 1994)

CAPÍTULO 4. Padrões grevistas na América Latina em uma perspectiva comparada (México e Chile)

A sociologia política de Francisco Zapata (1986, 1987 e 2007) traz como ponto de referência as relações entre os trabalhadores e os sindicatos no Chile e no México em uma perspectiva comparada. Os estudos de casos revelam como se tem modificado os vínculos, as percepções e as adesões dos trabalhadores em todos os países nas associações sindicais.

O autor afirma que depois de um grande período em que os sindicatos gozaram de um alto nível de legitimidade entre os trabalhadores, em que estes deixavam ao encargo dos líderes sindicais a promoção de seus interesses, inicia-se outro período em que estes mesmos trabalhadores questionam os procedimentos eleitorais para gerar as condições propícias a negociação coletiva. Em países como Chile estas transformações tiveram lugar como conseqüências parciais da oportunidade que deram ao regime militar de renovar as lideranças trabalhistas ligadas aos partidos dos trabalhadores.

A análise comparada dos estudos de caso fornecidos por Zapata (1987) aponta para um sentido comum: Que a evolução das relações entre trabalhadores e sindicatos no Brasil, Argentina e Venezuela indica também um distanciamento e uma reformulação dessas relações. Afirma que lideranças sindicais e base trabalhadora levam a cabo um diálogo cada vez mais tenso a medida que ambos buscam formalizar novos procedimentos de interação. O fio condutor da análise de Zapata (1987) é a profunda renovação das formas de ação dos atores e da vida trabalhista entre empresários, trabalhadores e sindicatos.

Não há muita tradição do estudo de greves na maior parte dos países da América Latina, na maior parte dos casos, os estudos destinam-se a enfrentamentos violentos ocorridos em São Paulo, Santiago ou Buenos Aires. No geral a sociologia dos movimentos trabalhistas tem

focado nas relações dos sistemas políticos e pouca atenção foi dada para formas concretas de expressão do trabalho na organização sindical e nas negociações coletivas das greves.

Zapata (1987) afirma que:

Esto puede ser una consecuencia Del hecho de que, a medida que se producían cambios políticos y se promovían reformas para ceder a los trabajadores El derecho de formar sindicatos, presentar que já y firmar contratos colectivos, La actividad huelguística adulaes se habían producido enfrentamientos “heóricos”. Durante este período, que hemos llamado El período institucional de las relaciones laborales de la América Latina, la huelgas perdieron su carácter subversivo y se convirtieron en parte Del proceso de negociaciones en busca de mejores salarios, de mejores condiciones de trabajo, de más beneficios sociales derivados Del desarrollo del modelo de industrialización para substituir importaciones: modelo que incorporó a los trabajadores en la vida política y les otorgo por medio de los sindicatos, El derecho a demandar una parte de lo que se estaba acumulando. (Zapata, 1987, p. 51, 52)

4.1 Estado e Movimentos trabalhistas

Segundo Zapata (2007), a maioria da literatura sobre relações trabalhistas no México concordam com a importância da Revolução mexicana (1910-1920), no que mais tarde se chamou de sistema de corporativismo estatal. O autor afirma que, da mesma forma que nos outros países da América latina, como Argentina e Brasil, as relações trabalhistas no México desenvolveram-se em um contato muito próximo com a expansão do Estado Populista. Este sistema tinha como orientações principais a integração política e econômica e a substituição da industrialização.

Zapata (2007) afirma que em um sistema básico de representação corporativista, o México desenvolveu uma troca onde o controle sindical e das demandas trabalhistas foi compensado por garantias sociais como educação, saúde e segurança para trabalhadores formais, nos setores público e privado da economia. E também por livre acesso a educação universitária e crédito fácil para a aquisição de moradia e outros bens duráveis. No entanto, os líderes sindicais faziam parte do “Partido Revolucionário Institucional” (PRI) que foi eleito por representação popular no Congresso Nacional. No cenário das negociações coletivas, os mesmos líderes sindicais agiam mais como “agentes de controle do trabalho” (Zapata, 2007) do que como

agentes de mobilização para atingir as demandas trabalhistas. Este cenário influenciou o caminho com que a atividade grevista se desenvolvesse no México,

A tese principal defendida por Zapata (1986, 1987 e 2007) é a de que há um aumentado controle estatal sobre as demandas trabalhistas nos anos recentes. Segundo ele, um importante indicador como esse sistema de controle estatal funciona é a tendência geral de queda na média de greves de 1940 até o presente. Isso ocorreu segundo ele, apesar do aumento no compartilhamento entre trabalhadores industriais e outras forças de trabalho e da intensificação da industrialização e urbanização. O exame das greves confirmam que no período de 1965-2000 a atividade grevista caiu a longo-prazo. Embora de 1982-1994 a atividade de greves ter tendido a aumentar, desse período até hoje são reflexo das transformações e flutuações econômicas no país.

A forte crise econômica que abateu a economia mexicana em 1982 reforçou as tendências de trocar a “defesa do trabalho, por paz trabalhista” (Zapata, 2007). A crise deu lugar a reformas neoliberais que buscavam livres acordos de comércio, privatização de empresas. Essas políticas foram promovidas por uma nova geração de líderes políticos. No entanto o relacionamento entre trabalho e o Estado sofreu os resultados da piora inflacionária desemprego.

Por sua vez, o Estado buscou reduzir esses efeitos com subsídios alimentícios, e com uma margem de benefícios que não afetassem diretamente os salários ou os contratos coletivos e que mantivesse o nível do emprego. Embora não fossem inteiramente compensados pelas perdas salariais, essas medidas oficiais permitiram que a demanda econômica agregada continuasse a crescer.

Outro importante fator derivado da estreita relação entre Estado e Trabalho foi que a atividade grevista no México nem sempre foi positivamente relacionada a condições econômicas prevaletentes no país. De fato, em alguns períodos elas tenderam a ter um relacionamento inverso com esses fatores. Isso pode ser notado no período de 1959-64 onde, em um contexto de baixa da inflação, a atividade de greves tendeu a aumentar. Zapata (2007) explica pelo estreito controle que os líderes trabalhistas mantêm da mobilização trabalhista: encorajando quando o Estado precisa de suporte trabalhista contra pressões dos negócios e desarmam-se quando o estado quer os negócios do seu lado.

O sistema legal, a estrutura trabalhista sindical e a atividade grevista revelam assim a forma como o sistema mexicano de incorporação trabalhista funciona dentro das funções

estatais. A partir dessa dinâmica, onde ambos os atores interagem em uma variedade de maneiras, refletidos pela influencia de outros fatores, como forças econômicas por exemplo.

O autor afirma que a partir de 1982 o movimento trabalhista enfrentou mudanças no nível das plantas de produção embora não significasse importantes mudanças na estrutura corporativista. A modernização tecnológica, revisão dos contratos coletivos implicaram em fortes ajustes internos dentro das companhias.

Zapata (2007) afirma também que é verdade que o nível de desemprego pode explicar tranqüilidade trabalhista, “mas este *medo* pode não ser tão dramático como foi no Chile ou na Argentina onde o nível de desemprego cresceu a níveis exorbitantes entre 1980 e 1990” (ZAPATA, 2007)

A situação foi exacerbada no período recente pela estagnação do salário mínimo em 150 dólares por mês. A situação foi exacerbada por que não houve iniciativas em direção a negociação coletiva onde os negócios e os trabalhos interagiram sem a intervenção estatal dentro das empresas.

O autor conclui afirmando as profundas transformações que estão tomando lugar no histórico relacionamento entre o Trabalho e o Estado Mexicano. Ambos, do resultado da internacionalização e da produtividade nacional e da tensão dentro das alianças políticas que sucederam em representar diversos interesses sociais no país pode ver um período a frente onde nenhum modelo econômico, nem mesmo modificações nos arranjos corporativistas tem garantias de futuro.

4.2 Inflação, salários reais e greves

A análise que emerge dos trabalhos de Zapata (1986 e 1987) apontam para as condições necessárias para que as greves ocorram. O autor destaca que a rigor deve existir a organização de uma ou outra classe para que possa haver ação coletiva. Uma conclusão importante é a de que a atividade trabalhista e sua relação com as greves não necessariamente passa demandas dos trabalhadores. Dessa forma os trabalhadores podem exercer pressão sobre o aparato do estado sem ter que ir a greve para obter a satisfação de suas demandas. Por outro lado, é possível encontrar atividades grevistas associadas com níveis relativamente baixos de sindicalização.

A questão que permeia a análise do autor é a de que: Porque os trabalhadores vão às greves? Como mostrado anteriormente, há diversas correntes explicativas que buscam responder a essa pergunta. A corrente economicista diria que quando os salários sobem ou são considerados altos, então o número de greves tende a ser baixo. Esta visão identifica uma situação em que os trabalhadores decidem fazer greves para melhorar seu nível de vida.

Utilizando dados para cinco países Zapata (1987) indica que o número de greves e o número de grevistas varia em decorrência da inflação em todos os países, exceto na Argentina, e que essa correlação é especialmente forte no Chile e na Venezuela. Desse modo a abordagem “economicista” mostrou ter um poder explicativo grande, para os casos considerados. No entanto o autor argumenta que se, ao invés da relação entre inflação e atividade grevista, focar-se nas variações dos salários reais e greves, encontram-se coeficientes muito baixos para todos os países, com exceção do Peru e Venezuela, onde estes coeficientes são elevados. O autor conclui assim que essa se deve a que a oposição trabalhista tem haver, antes de tudo, com todas as posições relativas dos trabalhadores organizados em relação ao Estado em diferentes países.

A explicação fornecida pelo autor é a de que todas as três variáveis (inflação, desemprego e salários) se relacionam positivamente umas as outras. Isto corresponde claramente a uma situação em que o desenvolvimento econômico, com baixos níveis de inflação e aumento dos salários reais, são acompanhados por crescente atividade grevista que pode explica-se em termos de demandas em favor de uma participação nos benefícios desse desenvolvimento, por parte dos trabalhadores. No Peru, por exemplo, durante o período de 1968-1975, enquanto os salários reais e a renda elevavam-se, a atividade grevista seguia também uma tendência crescente.

O caso do Chile corresponde a uma situação em que o impacto das greves não bastou para compensar as perdas no poder aquisitivo. O movimento trabalhista chileno não pode recuperar as perdas inflacionárias durante os momentos de greve, porque os salários reais continuaram declinando apesar do aumento da atividade grevista. Isto pode explicar o coeficiente negativo entre o número de greves, grevistas e salários reais. Na Argentina também ocorre algo similar, como demonstram os coeficientes entre o número de grevistas e o número de dias de trabalho perdidos e a inflação e os salários reais.

Zapata (1987) afirma, contudo que, apesar de obter resultados similares, isto não significa que os países correspondam ao mesmo modelo de interpretação. Argumenta afirmando que a rigor, o caso Chileno corresponde a incapacidade das greves para defender os níveis de vida dos trabalhadores. Na Argentina a explicação dos resultados pode derivar do fato de que apesar dos crescentes níveis de inflação, os trabalhadores não participaram das greves porque esperavam outros benefícios não precisamente monetários. No México, o autor conclui que de um lado, a baixa relação entre a renda real e a inflação e em outro o número de greves, revertem à tese de que os interesses econômicos incitam a inquietude dos trabalhadores.

Conclusão

Neste trabalho objetivamos por meio de uma revisão da literatura internacional e nacional de ciclos grevistas, analisar qual o peso que a variável salário teve na determinação do conflito trabalhista em diferentes contextos. Partimos assim de uma abordagem que enxerga as greves enquanto uma variável dependente, preocupando-nos com as principais mudanças no comportamento das greves ao invés de olhar para os efeitos que elas produzem.

A análise que emerge deste estudo aponta primeiramente para a consideração de que fatores econômicos e políticos operam diferentemente em contextos diversos. Mas essa constatação genérica esconde diversas abordagens que estabelecem relações de causalidade ou de não causalidade entre as variáveis consideradas. Assim, modelos dominantes americanos afirmaram que as greves caem quando o desemprego aumenta o que não mostrou ser verdadeiro para a Europa. Neste continente, questões salariais pareceram figurar em segundo plano, às vezes em decorrência do desemprego e da inflação.

O caso Dinamarquês se constitui como um ótimo exemplo, pois em meio à crise internacional da década de 1970, o desemprego caiu vertiginosamente e a política de governo veio sob a dupla pressão de uma balança negativa de pagamentos e aumento no déficit público. Apontou-se que os *fatores adicionais* a essa tendência foram principalmente às questões relativas a políticas de restrição salarial que foram percebidas com amplo descontentamento pela população, o que provocou uma crescente participação de trabalhadores públicos nas paralisações.

Apresentamos também estudos que analisam greves a partir do crescente controle estatal sobre as demandas trabalhistas afirmando que as tendências declinantes nas greves são resultados desse sistema de controle. Nessa perspectiva alguns afirmaram que abordagens economicistas tiveram um poder explicativo grande para a América Latina. Outros focaram-se na capacidade dos trabalhadores de entrarem em greve como dependendo de fatores econômicos e políticos, afirmando que flutuações a curto-prazo das greves são geradas por condições econômicas mediadas por fatores políticos e padrões de longo-prazo dependem mais de alinhamentos do poder dentro da sociedade organizada.

No Brasil verificamos um forte peso da variável salarial no Grande Ciclo brasileiro de greves. Afirmamos que, embora questões salariais tenham sido o principal *motivo* das greves,

elas não explicam a expansão ou o declínio do conflito, que deve ser entendido levando em consideração um conjunto de variáveis explicativas.

Destacamos que ao afirmar que salários reais crescentes ou declinantes podem ambos motivar as greves. Assim as greves no Brasil ocorrem não quando os salários são considerados altos ou baixos, mas sim quando as lideranças sindicais reconhecem momentos oportunos para a obtenção de ganho. Ressaltamos também a dificuldade em se analisar e mensurar se um momento é oportuno ou não para a eclosão de greves. Isso dependerá basicamente do quanto a opinião pública é favorável ou não as greves e da agenda política dos governos ao longo do período.

Por fim, afirmamos que o peso da variável salarial foi menor na Europa do que no Brasil. Constatamos na Europa a recorrência de questões relacionadas a desemprego e inflação e seu forte peso, embora não o único, na determinação dos padrões de relações industriais europeias. Constatamos também que as diversas crises internacionais na década de 1970 influenciaram para que o desemprego crescesse.

Mostramos o grande peso que questões relativas a salários tiveram na eclosão do que chamamos de grande ciclo brasileiro de greves. As demandas salariais motivaram a eclosão em 1978, das greves que se espalharam por outros setores e categorias do país. Nesse sentido ressaltamos que salários podem explicar os motivos das greves, mas não explicam a expansão ou o declínio das greves. Estas devem ser consideradas pela junção de fatores macroeconômicos e sociopolíticos com explicações microeconômicas.

Referencias Bibliográficas

Abramo, L. W. (1986). *O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado -Depto de Ciências Sociais da FFLCH, USP - Universidade de São Paulo.

Almeida, M. H. T. D. (1996). *Crise Econômica e Interesses Organizados: O Sindicalismo no Brasil dos Anos 80*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP).

Alves, G. (2002). *Trabalho e Sindicalismo no Brasil (1990-2000)*. Curitiba: Rev. Sociol. Polít.

Antunes, R. (1998). *Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC Paulista: As Greves de de 1978/80*. São Paulo/Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas.

Birke, P. (2007). The persistence of labour unrest: Strikes in Denmark 1969-2005. In: H. D. Sjaak Van Velden, *Strikes around the world, 1968-2005. Case-studies of 15 countries* (pp. 222-242). Amsterdam: Aksant Academic Publishers.

Boito Junior, A. (2005). *O sindicalismo na política brasileira*. ed. Campinas: Editora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. v. 01. 309 p.

Bouquin, S. (2007). Strikes In France: Strong social eruption and a weak tradition of collective bargain. In: H. D. Sjaak Van der Velden, *Strikes around the world 1968-2005* (pp. 243-266). Aksant Academic publishers.

Briskin, L. (2007). Public sector militancy, feminization and employer aggression. Trends in strikes, lockouts, and wildcats in Canada from 1960 to 2004. In: H. D. Sjaak Van Velden, *Strikes around the world, 1968-2005 Case-studies of 15 countries* (pp. 86-113). Amsterdam: Aksant Academic Publishers.

Cardoso, A. M. (2003). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.

_____ (2002). *Sindicalismo e relações trabalhistas*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. 119 p. (Cadernos Adenauer ; n. 2).

Crouch, C. (1993). *Industrial Relations and European State Traditions*. Oxford: Clarendon Press.

Dave Lyddon, K. V. (2007). *Strikes Around the World 1968-2005 Case-studies of 15 countries*. Amsterdam: Aksant.

Dieese. (2005). *O movimento grevista em 2004*. São Paulo: Estudos e Pesquisas. nº 12.

Ferner, A. (1994). The State as Employer. In: A. F. Hyman, *New Frontiers in European Industrial Relations* (pp. 52-79). Oxford: Blackwell Publishers Ltd.

Franzosi, R. (1995). *The puzzle of strikes class and state strategies in postwar Italy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fulcher, J. (1991). *Labour movements, employers and the state. Conflict and co-operation in Britain and Sweden*. Oxford: OUP.

Hartman, A. R. (1960). *changing patterns of industrial conflict*. New York: John Wiley.

Hyman, A. F. (1992). *Industrial Relations in the New Europe*. Oxford: Blackwell Business, p.640ed.

_____ (1994). *New frontiers in European Industrial Relations*. USA: Blackwell Publishers Inc.

Hyman, R. (1989). *Strikes*. The Macmillan Press LTD Fourth edition.

_____ (2001). *Understanding European Trade Unionism Between Market, Class & Society*. London: SAGE Publications.

Jardim, M. A. (2007). *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos do governo lula*. São Carlos -SP.: Tese de doutorado. Programa de pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos –Ufscar.

_____ (2007). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em ciências sociais n. 63, 1 semestre de 2007, pp.31 a 47*. São Paulo.

Lyddon, D. (2007). From Strikes wave to strike drought. In: H. D. Sjaak Van Velden, *Strikes around the world, 1968-2005: case studies of 15 countries* (pp. 339-359). Amsterdam: Aksandt Academic Publishers.

Mattos, M. B. (2004). *Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Rev. Bras. Hist., 2004, vol.24, no.47, p.241-270. ISSN 0102-0188.

McCartin, J. A. (2007). Approaching extinction? The decline of strikes in yhe United States, 1960-2005. In: H. D. Sjaak Van Velden, *Strikes around the world, 1968-2005 Case-studies of 15 countries* (pp. 133-154). Amsterdam: Aksant Academic Publishers.

Melo, J. A. (2007). *As novas ações coletivas frente à crise do modelo sindical corporativista: Sindicalismo cidadão e fusão de sindicatos*. São Carlos: Tese de Doutorado -Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos 315 p.

Moisés, J. A. (1978). *Greve de massa e crise política*. São Paulo: Editora Polis.

Nogueira, A. M. (2002). *Mudanças na CLT, problemas históricos e dilemas atuais do novo sindicalismo*. Série de working papers nº 02/018. Departamento de administração - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Noronha, E. G. (2009). Ciclo de Greves, transição Política e Estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova* n.76 , 119-168.

_____ (1992). *Greves na Transição Brasileira*. . Campinas: (Dissertação de Mestrado). UNICAMP- Campinas.

Noronha, V. G. (1998). *Noronha, E. G., V. Gebrin, et al. Explaining an exceptional wave of strikes: from authoritarian Brazil to democracy*. Chicago: Latin American Studies Association - XXI International Congress.

Pichetti, P. (2002). *An econometric analysis of Strike activity in Brazilian Industrial Sector*. Oxford: Fondazione Giacomo Bradolini e Blackwell Publishers Ltd.

Pochmann, M. (1998). *Os desafios do sindicalismo brasileiro neste final de século*. Revista de Sociologia e Política n. 10/11.

Ramalho, M. A. (1999). *Tradição Sindical e as mudanças econômicas dos anos 90. O caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro*. . Rio de Janeiro: IX Congresso Brasileiro de Sociologia, da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), no GT - Trajetórias e experiências do sindicalismo brasileiro.

Rodrigues, J. R. (1998). *Dilemas do sindicalismo na Inglaterra e no Brasil. Uma abordagem comparativa*. XXII Encontro Anual Da Associação De Pós-Graduação Em Ciências Sociais (ANPOCS).

Rodrigues, L. M. (2002). *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (1998). *O declínio das taxas de sindicalização. A década de 80*. São Paulo: Rev. Bras, Ci. Soc. Vol.13. n. 36.

Sandoval, S. (1994). *Os trabalhadores param: Greves e mudança social no Brasil: 1945-1999*. São Paulo: Ática.

Santana, M. A. (1999). *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. RBCS, vol. 14, n. 41.

Shaley, W. K. (1979). *Strikes, industrial relations and class conflict in capitalist societies*. *British Journal of Sociology*, 30(2): 161-187.

_____ (1980). *Strikes, Power and Politics in Western Nations: 1900-1976*. In: *Political power and social theory: a research annual. 1980, Strikes, Power and Politics in Western Nations: 19*. Greenwich: Conn: Jai Pr, c, v.v.1, M. Zeitlin (Ed.).

Süssekind, A. (1999). *Direito Constitucional do Trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar.

Tilly, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. Newberry Award Records.

Tilly, E. S. (1974). *Strikes in France – 1830-1968*. Londres: Cambridge University Press.

Tumolo, P. S. (1991). *O novo padrão de acumulação de capital e a formação sindical da Central Única dos Trabalhadores*.

Useem, B. (1998). *Breakdown Theories of Collective Action*. New Mexico: *Annu.Rev.Sociol* 24:215-38.

Vandaele, K. (2007). From the seventies strike wave to the first cyver-strike in the twenty century. In: H. D. Sjaak Van der Velden, *strikes around the world, 1968-2005* (pp. 196-221). Amsterdam: Aksant Academic Publishers.

Velden, S. V. (2007). Introduction. In: H. D. Sjaak van der Venden, *Strikes around the world 1968-2005 case-studies of 15 countries* (pp. 12-24). Aksant Academic Publishers.

Visser, J. (1994). European trade Unions: The Transition Years. In: A. F. Hyman, *Nwe Frontiers in European Industrial Relations* (pp. 80-107). Oxford: Blackwell Publishers Ltd.

Zapata, F. (1986). *El conflicto sindical en américa latina*. El Colegio de Mexico - Centro de Estudios Sociológicos.

_____ (2007). strikes in a state corporatism system Mexico. In: H. D. Sjaack Van Der Velden, *Strikes around the world case-studies of 15 countries* (pp. 114-132). Amsterdam: Aksant Academic Publishers.

_____ (1987). *Trabajadores y Sindicatos en América Latina*. Secretaría de Educación pública. Direccion General de Publicaciones y Medios.